

Cadernos Fecomercio de Economia

Número 14 - Julho de 2006



Simplificando o Brasil

Agronegócio

FECOMERCIO

Cadernos Fecomercio de Economia
Número 14 - Julho de 2006

Simplificando o Brasil

Agronegócio

Iniciativa: Conselho de Planejamento Estratégico da FECOMERCIO
Presidente: Paulo Rabello de Castro
Responsável Técnico: Fabio Silveira é economista, mestre em economia pela Universidade de Grenoble, e é Sócio-Diretor da RC Consultores.
Marcel Pereira é economista-chefe da RC Consultores.



Federação do Comércio do Estado de São Paulo
Rua Dr. Plínio Barreto, 285 - 5º andar
Tel.: (11) 3254-1700 - Fax.: (11) 3254-1798
CEP: 01313-020 - São Paulo - SP

www.fecomercio.com.br

e-mail: cadernos@fecomercio.com.br

Presidente:
Abram Szajman

Diretor Executivo
Antonio Carlos Borges

Diretora
Assessoria Econômica
Fernanda Della Rosa

Design Gráfico
AM&F - Informática

A Federação do Comércio do Estado de São Paulo, se reserva os direitos autorais dos trabalhos produzidos, cuja reprodução, não obstante, poderá ser autorizada desde que citada a fonte.

Esse trabalho não retrata, necessariamente, a posição da Fecomercio sobre o tema apresentado.

APRESENTAÇÃO

Alinhar o custo de produção agrícola aos padrões vigentes no mercado internacional. Esta é a proposta central do Simplificando o Agronegócio, quarto seminário da série Simplificando o Brasil, uma iniciativa da Fecomercio (Federação do Comércio do Estado de São Paulo).

O Simplificando o Brasil foi idealizado para propor alternativas que viabilizem a criação de ambiente favorável aos negócios, para o País avançar com rapidez e segurança na rota do crescimento. O primeiro evento, realizado em 3 de abril, tratou de tributação e gastos públicos. No dia 24 de abril, o foco das discussões recaiu sobre as reformas trabalhista e previdenciária. O terceiro encontro, que aconteceu em 29 de maio, abordou a burocracia e uma pesquisa feita com empresários sobre a propensão a investir.

Uma vez que as propostas de simplificação burocrática, de redução dos gastos públicos, das reformas – tributária, trabalhista e previdenciária – e da criação de uma plataforma global para o agronegócio sejam implementadas, o setor privado se sentirá estimulado e, dessa forma, a economia brasileira irá crescer. Em outras palavras, simplificar o Brasil resultará na libertação do espírito empreendedor do brasileiro, que se encontra encarcerado nos meandros da tributação, da fiscalização e da burocracia.

Índice

1) Agronegócio no Brasil: rentável e arriscado.....	5
2) Criação de uma Plataforma Global para o Agronegócio	6
3) A Essência do Negócio Agropecuário.....	7
4) O Impacto Macroeconômico do Agronegócio	8
5) A Essência do Agronegócio na Macroeconomia Atual	9
6) A Estrutura de Simplificação do Agronegócio	13
7) PLATAFORMA GLOBAL DO AGRONEGÓCIO: SÍNTESE.....	15
ANEXO: DETALHAMENTO DE PROGRAMAS E AÇÕES	20
Simplificando o Refinanciamento.....	21
Sugestões de Criação de Novas Alternativas Financeiras	23
1.Programa REFIA BR	24
2.PROGRAMA AGRINOTES-EX	25
3.PROGRAMA CRIA - REGIONAIS.....	26
4.PROGRAMA AGRO-PLATAFORMA GLOBAL.....	27
Resumo das exposições e debates	29

INTRODUÇÃO

Difusão do seguro rural, melhora dos critérios de concessão de crédito, redução do custo de insumos e estímulo à modernização e à ampliação da infra-estrutura (sobretudo transportes e armazenagem) constituem os quatro pilares de sustentação do que o trabalho define como plataforma global do agronegócio. Trata-se da ferramenta eleita pelo estudo, encomendado pela Fecomercio à RC Consultores, para equiparar os gastos do produtor brasileiro à realidade internacional.

O agronegócio desempenhou, nas últimas décadas, papel extraordinário na economia brasileira, apesar de suas adversidades naturais - intempéries climáticas, disseminação de pragas, entre outras. Contribuiu para a reversão das contas externas (a atividade acumulou saldo comercial da ordem de US\$ 155 bilhões, entre 1997 e 2005), para a queda inflação e para a melhoria da renda disponível das famílias, além de criar novos pólos de crescimento econômico e emprego, ao desconcentrar riquezas acumuladas no eixo Sudeste-Sul.

Mas, o setor recebeu pouca atenção do Poder Público no tratamento de questões vitais à sua sustentação e ao seu desenvolvimento como, por exemplo, a necessidade de maior controle sobre o custo de insumos e a alocação de recursos para pesquisas voltadas ao aumento da produtividade.

A idéia da implantação de uma plataforma global do agronegócio surgiu dessa realidade. Critérios de avaliação do desempenho, baseados nos resultados obtidos pelo produtor e na aptidão da zona de produção, passariam a orientar o seguro e a concessão do crédito rural.

Em relação a insumos, caberia desonerar os tributos federais incidentes sobre os derivados de petróleo destinados à produção e ao transporte de produtos agropecuários. A redução no custo final do combustível teria reflexos positivos sobre os preços do frete e, conseqüentemente, sobre os gastos com fertilizantes e defensivos e na rentabilidade do produtor.

No caso da infra-estrutura, parcela majoritária dos recursos arrecadados por meio da CIDE (Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico) seria efetivamente direcionada para programas específicos de fortalecimento deste setor.

Além da instituição da plataforma global do agronegócio, pretende-se buscar saídas para o endividamento atual dos produtores. Em linhas gerais, possibilitar tanto a renegociação das dívidas quanto o acesso ao crédito em safras futuras.

Finalizando, haveria ainda a modelagem de novas formas de financiamento que tirem proveito da enorme liquidez global, do próprio potencial produtivo das lavouras de grãos, da existência de novas ferramentas financeiras e da legislação pertinente ao tema.

1) Agronegócio no Brasil: rentável e arriscado

O desenvolvimento da atividade agrícola já é, por definição, uma empreitada de risco, uma vez que o produtor se defronta, em caráter quase permanente, com intempéries climáticas, disseminação de pragas, entre outros fatores adversos.

No Brasil, a atividade agrícola se reveste de risco ainda maior, pois suas linhas de financiamento são caras e escassas, colocando-se em posição assimétrica à das lavouras europeia e norte-americana, onde é injetada, regularmente, uma montanha de subsídios. Ou seja, a agricultura brasileira dispõe de armas menos poderosas e competitivas do que a de seus principais concorrentes.

As dificuldades dos produtores rurais, todavia, não se esgotam nesse ponto. Para que o produto brasileiro chegue ao seu destino é necessário transitar por estradas precárias e portos deficientes, o que encarece o escoamento da produção. A infra-estrutura precária faz com que o recebimento de insumos (fertilizantes, defensivos) seja também oneroso, o que torna o planejamento logístico, no fim das contas, quase uma peça de ficção.

Alguns anos atrás, houve a criação da CIDE (Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico), com o propósito de desenvolver os modais de transporte. Entretanto, a arrecadação desse tributo embutido no preço da gasolina e do diesel não tem sido destinada a esse fim. Presta-se mais ao alcance do superávit primário e à cobertura de gastos correntes do Ministério dos Transportes do que à realização, propriamente, de investimentos em infra-estrutura viária.

Pode-se constatar, entretanto, que o Agronegócio, apesar de suas naturais adversidades, desempenhou papel extraordinário na economia brasileira nas últimas décadas. Mais recentemente, contribuiu para a reversão das contas externas, reduziu a inflação, aumentou a renda disponível das famílias e criou novos pólos de crescimento econômico e emprego, desconcentrando a riqueza de há muito acumulada no eixo Sudeste-Sul.

Por outro lado, porém, o setor recebeu baixo retorno do Poder Executivo, que, nesse mesmo período, demonstrou indiferença no tratamento de questões vitais para a sustentação e o desenvolvimento da atividade.

O esforço de redução do Custo-Brasil revelou-se muito tímido, havendo até distorção de instrumentos criados para essa finalidade, como é o caso da CIDE. Pouco se fez também no sentido de aliviar a pressão altista de insumos cruciais, como fertilizantes e óleo diesel.

Afora isso, o Estado brasileiro continua dispondo de orçamento reduzido para o necessário desenvolvimento de pesquisas, que são vitais para o aumento da produtividade agrícola, mediante modificações genéticas e combate de pragas.

O ponto mais delicado de tudo isso, é que boa parte dos produtores rurais, neste momento, encontra-se mergulhada em grave situação financeira, apesar da grande competitividade

demonstrada em passado recente, quando concorreram e superaram norte-americanos e europeus devidamente protegidos por generosas subvenções.

Sob a ótica econômica, é indiscutível que o plantio de soja, milho, algodão e de outras culturas possui grande atratividade, em função de vantagens inatas e adquiridas ao longo das últimas duas décadas, que vão desde a disponibilidade e produtividade da terra até o crescente uso e domínio da tecnologia da produção agrícola nos trópicos.

Mas a superação das dificuldades estruturais que inibem o pleno desenvolvimento do Agronegócio requer a adoção de duas frentes de ação, tendo como objetivo remover barreiras impostas pelo custo-Brasil.

A primeira frente de ação diz respeito à busca de saídas para a redução do endividamento dos produtores rurais frente a fornecedores de insumos e bancos. Em outras palavras, caberia refinar o “déficit” de sua renda corrente, que foi muito prejudicada pelos fatores mencionados acima. Não se trata aqui de repetir fórmulas adotadas no passado, quando prevaleceram soluções recorrentes e generalizantes, mas de lançar mão de critérios mais seletivos que beneficiem os bons pagadores.

A segunda frente de ação, que representaria, de fato, um “salto para frente”, envolve a modelagem de novas formas de financiamento, que deveriam estar à disposição do produtor em futuro não longínquo, tirando proveito da enorme liquidez global, do potencial produtivo das lavouras brasileiras e das novas ferramentas financeiras e de legislação pertinente ao tema.

2) Criação de uma Plataforma Global para o Agronegócio

Para que a implementação dessas ações seja coroada de êxito, é necessário, todavia, criar uma Plataforma Global para o Agronegócio brasileiro, de tal forma que receita e custos do setor sejam alinhados aos padrões vigentes no mercado internacional. Em outros termos, é fundamental remover assimetrias que hoje penalizam severamente a renda no campo.

A criação dessa Plataforma Global significa, antes de tudo, procurar estabilizar e fazer crescer a geração da renda do Agronegócio em um horizonte de longo prazo, algo não inferior a 15 anos. Afinal, as vantagens comparativas do setor são sobejamente conhecidas, cabendo, portanto, aumentar o poder dessas vantagens.

Nas últimas décadas, o fluxo de renda da agricultura brasileira foi objeto de forte oscilação. Contribuíram, ora em um sentido, ora em outro, eventos como:

- A contração do crédito rural decorrente do agravamento da crise fiscal do estado brasileiro nos anos 80 e 90;
- Os choques econômicos heterodoxos que congelavam preços e corrigiam dívidas dos produtores rurais;
- A volatilidade das cotações de vários produtos exportados pelo Brasil;

- As valorizações artificiais e desvalorizações abruptas da taxa de câmbio;
- O aumento do peso relativo do custo dos insumos, sobretudo fertilizantes e óleo diesel.

Em meados da década de 90, por exemplo, a combinação desfavorável de alguns desses setores empurrou o setor agrícola para forte crise financeira, cujo aprofundamento foi evitado pela adoção de programas de equacionamento de dívidas, como a Secutirização e o Pesa (Programa Especial de Saneamento de Ativos).

Nos primeiros anos da presente década, por sua vez, a ação de alguns fatores específicos acentuou a competitividade do Agronegócio brasileiro, acelerando a trajetória expansionista assumida na entrada deste século.

Por fim, desde o ano passado, os produtores rurais se defrontam, novamente, com grave crise financeira. Desta vez motivada, essencialmente, pela implementação de uma esdrúxula política monetária e cambial, que comprime a receita agrícola; e pelo descaso oficial frente ao crescimento relativo do custo de produção da agricultura, o que intensifica a compressão da margem de rentabilidade da economia rural e aumenta, perigosamente, a chance restringir a oferta de alimentos em 2007.

A criação de uma Plataforma Global para o Agronegócio significa, portanto, mobilizar forças com o objetivo de tornar seu desempenho histórico menos errático.

Nesse sentido, se o Brasil compete com outros países utilizando a mesma base de preço de venda (em US\$) da soja em grão, por exemplo, o mesmo não se aplica em relação ao seu custo de produção. Um dos exemplos mais flagrantes refere-se ao óleo diesel, cujo preço doméstico (na bomba), nos primeiro cinco meses deste ano, ficou em patamar 20% superior ao praticado nos EUA, devido à desproporcional incidência de carga tributária existente no Brasil. Por vezes, esse percentual chega a ser maior.

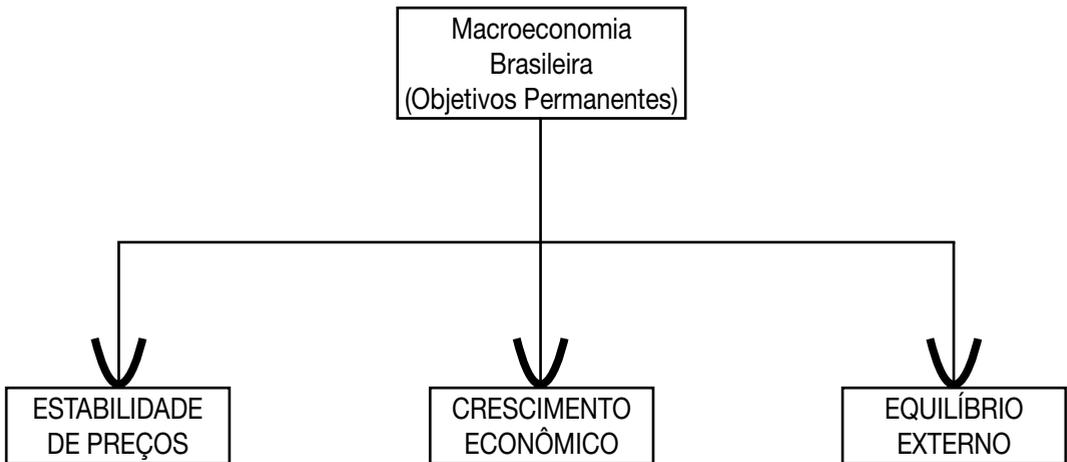
A necessidade de se buscar uma simetria de custo global requer também que a infraestrutura brasileira seja minimamente compatível com a de seus principais concorrentes. Logo, é fundamental realizar significativa ampliação e melhora do padrão de qualidade da malha viária, o que vai requerer o comprometimento conjunto dos setores privado e público, visando encontrar formas alternativas de seu financiamento.

Dentre essas formas, pode-se desenvolver estruturas de negócios destinadas à construção e recuperação de estradas de rodagem (ou de instalações portuárias), cujo financiamento seja atrelado à colheita de safras futuras no Estado ou Região em que obra seja realizada.

3) A Essência do Negócio Agropecuário

O dinamismo do Agronegócio se ancora no tripé crescimento econômico (ganhos de escala), estabilidade de preços (retorno sobre o capital investido) e equilíbrio externo (competitividade no mercado internacional). Estes, portanto, deveriam ser os OBJETIVOS PERMANENTES da macroeconomia brasileira para assegurar a prosperidade da economia rural. O bônus de

retorno proporcionado por esta prosperidade à economia nacional é a geração de empregos, a multiplicação da renda e o estímulo à desconcentração regional.



4) O Impacto Macroeconômico do Agronegócio

A grande desenvoltura adquirida pelo agronegócio trouxe importantes benefícios macroeconômicos ao Brasil. O primeiro deles foi o de promover uma dramática melhora de suas contas externas. Em um primeiro momento (1995-2002), impediu o agravamento do déficit em transações correntes; em um segundo momento (2003-2005), contribuiu, decisivamente, para sua reversão em forte superávit. Entre os anos de 1997 e 2005, o Agronegócio acumulou um saldo comercial da ordem de US\$ 155 bilhões.

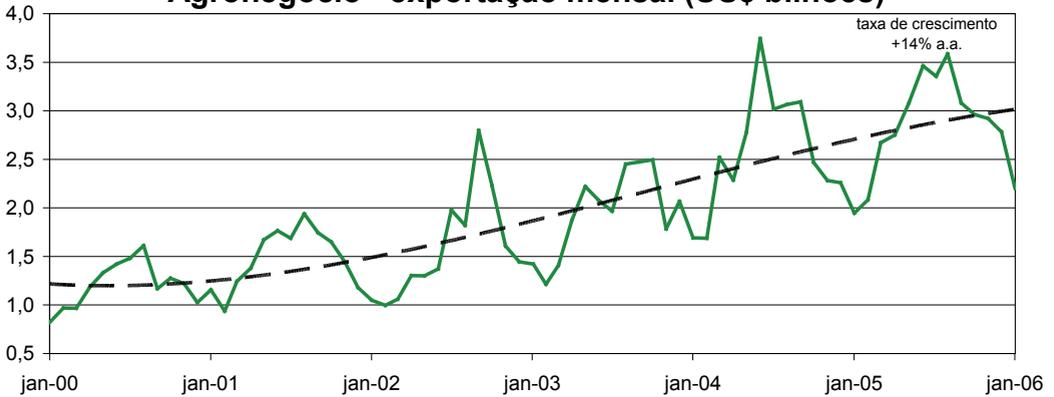
As exportações do Agronegócio ganharam vulto efetivo no período 2001-2004, pouco depois da eclosão de dois fatos que mudaram o rumo do país: a flexibilização da taxa de câmbio em janeiro de 1999 e a trajetória ascendente assumida pelos preços das commodities agrícolas no mercado internacional.



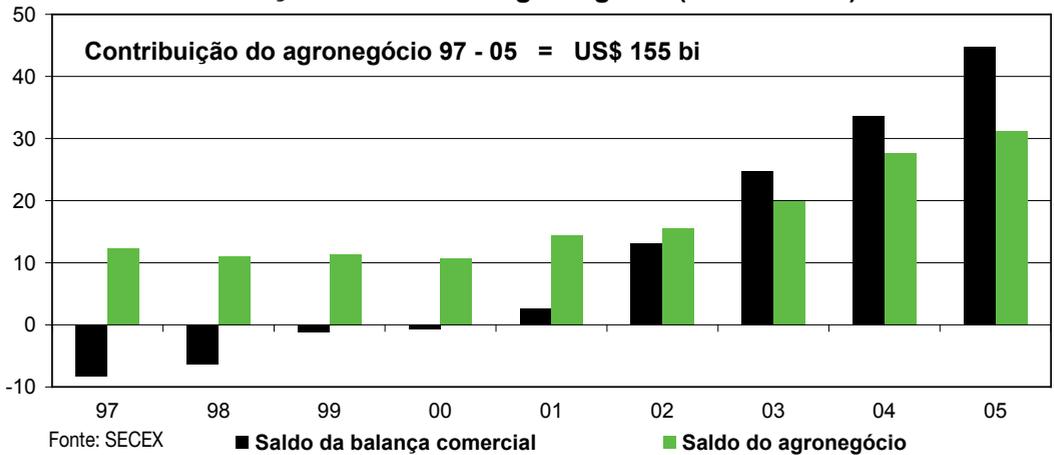
(*) Inclui açúcar, café, suco de laranja, soja (grão, farelo, óleo) e frango.
Fonte: NYBOT, OIC, CBOT e SECEX

Sob a ação desses dois fatores, a agricultura brasileira desfrutou de significativo aumento da lucratividade nos primeiros anos da presente década. As sucessivas desvalorizações do Real e o forte aumento dos preços externos dos produtos agrícolas, sobretudo daqueles exportados pelo Brasil, provocaram rápido incremento da receita de soja, milho, algodão, trigo e cana-de-açúcar (sem falar dos benefícios gerados para o complexo carnes), com inevitável aumento de produção, área plantada e produtividade.

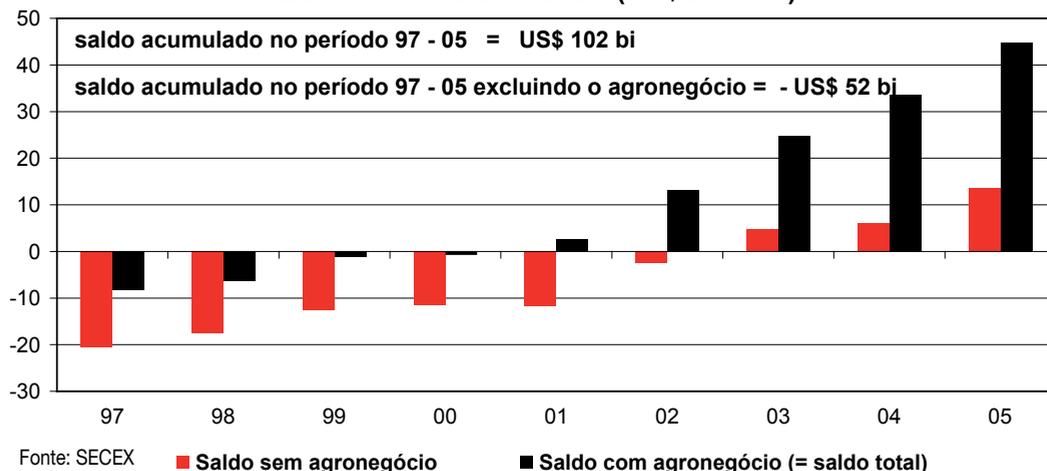
Agronegócio - exportação mensal (US\$ bilhões)



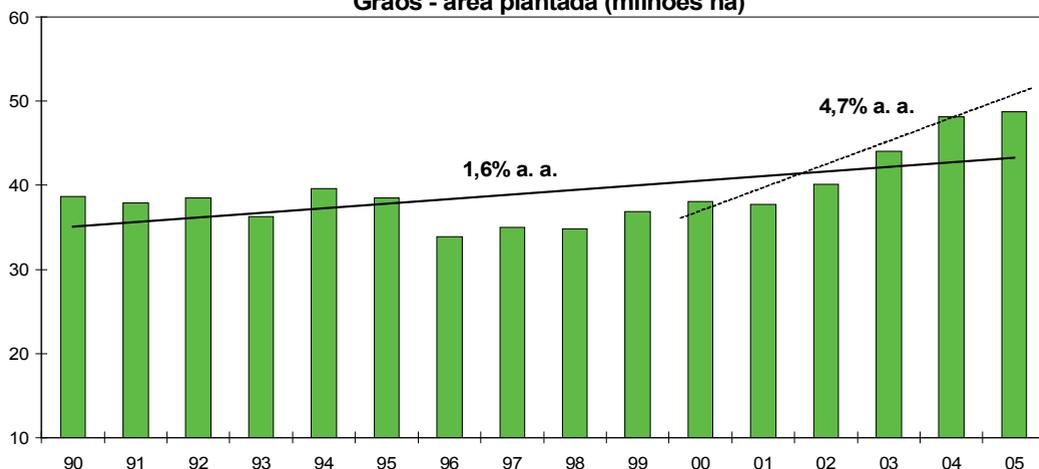
Balança comercial do Agronegócio (US\$ bilhões)



Saldo comercial brasileiro (US\$ bilhões)



Grãos - área plantada (milhões ha)



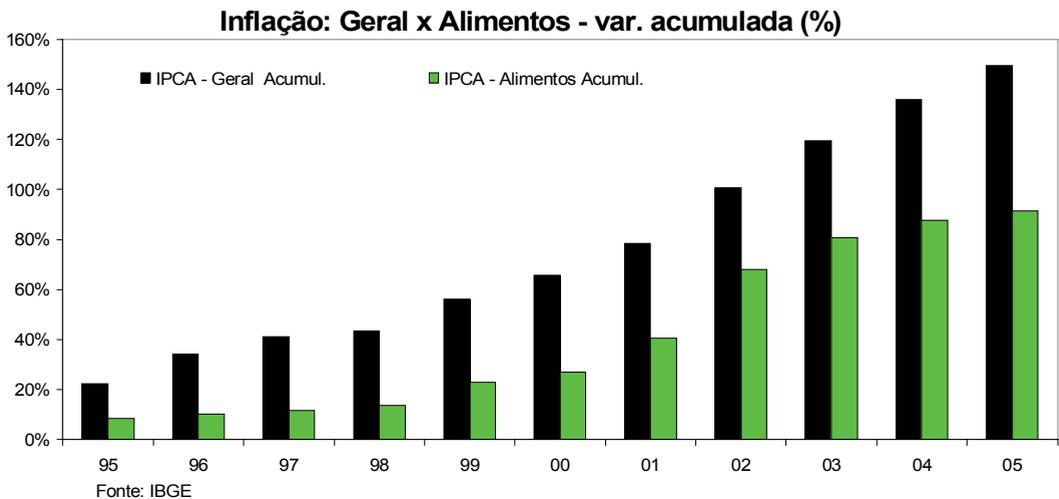
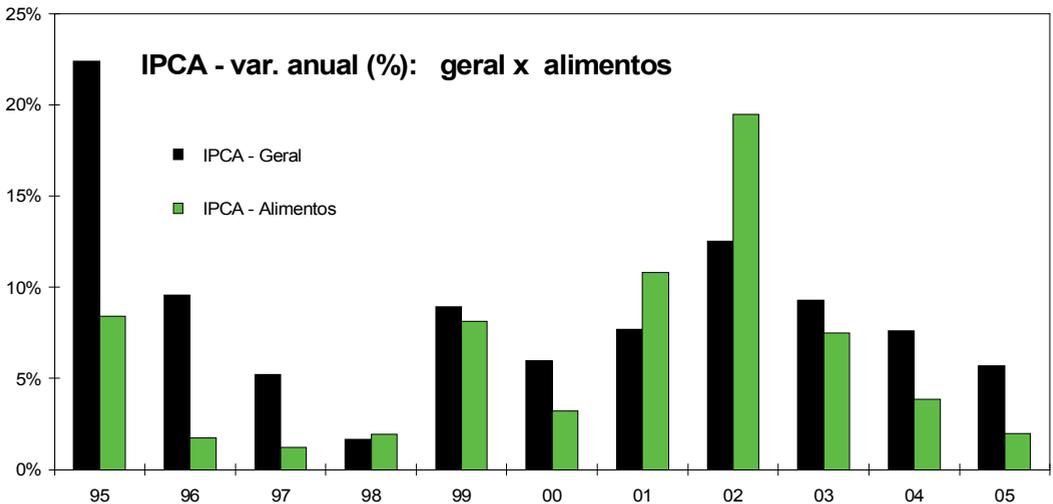
Por estarem atrelados ao desempenho das lavouras brasileiras, os setores fornecedores de insumos também ingressaram em fase auspiciosa. Após a mudança do regime cambial em 1999, as vendas internas de fertilizantes, defensivos e tratores bateram sucessivos recordes, o que atraiu a atenção de investidores estrangeiros.

A exuberância do crescimento do Agronegócio foi tão marcante nos primeiros anos da presente década que até provocou certo “desconforto” entre as grandes potências agrícolas das economias desenvolvidas, que se mostravam impressionadas com o crescente aumento da competitividade da agricultura brasileira.

Foi também extraordinária a contribuição do setor agrícola para a estabilidade dos preços internos. Entre 1995 e 2004, a produção de grãos cresceu à taxa de 5,0% ao ano; a produção de café, 10,2% ao ano; e a de cana-de-açúcar, 3,0% ao ano.

A expansão das lavouras brasileiras ocorrida nesse período, que se viu traduzida em incremento relevante da produção de soja, milho, arroz, feijão, trigo, açúcar, entre outros produtos, ampliou rapidamente a oferta de alimentos no país, fazendo com que seus preços registrassem evolução muito lenta, o que permitiu, por sua vez, desacelerar o ritmo de crescimento da inflação.

Nesse período, os preços dos alimentos aumentaram à taxa de 6,7% ao ano, impedindo que a inflação (IPCA) superasse a taxa de 9,6% ao ano.



Como corolário desse fato, o valor da cesta básica foi objeto de expressiva diminuição. Em 2005, o valor dessa cesta, em termos reais, estava em nível 20% inferior ao do início da presente década. Em outros termos, ao longo dos últimos anos, abriu-se espaço no orçamento das famílias para que estas pudessem direcionar maior parcela de gastos com a aquisição de outros bens e serviços, o que contribuiu para a dinamização de diversos setores (privados e públicos) da economia brasileira.

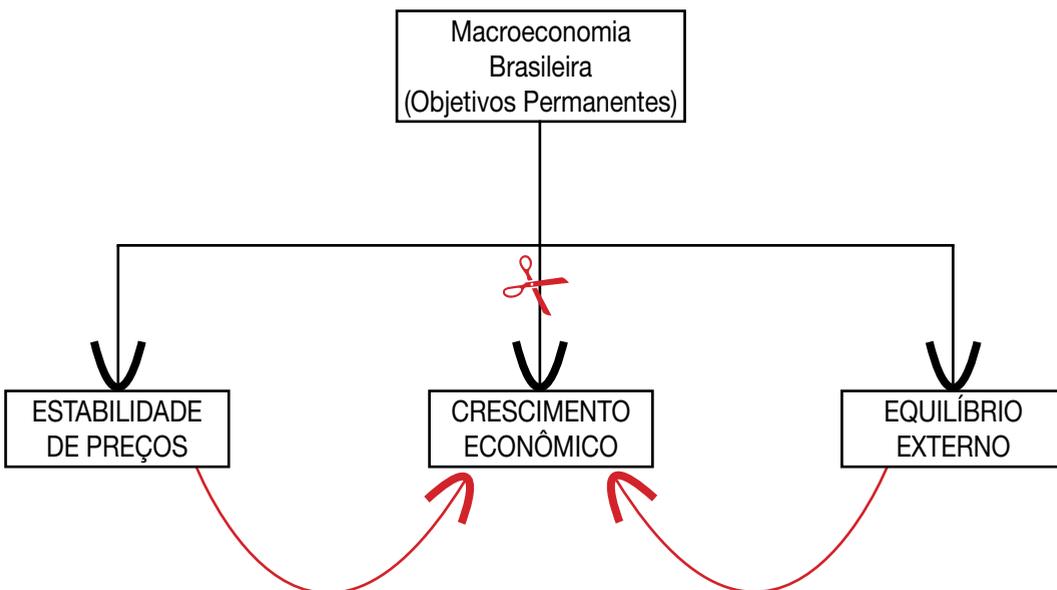
O fortalecimento do Agronegócio foi, igualmente, de vital relevância para o reordenamento do espaço econômico. Não pelo simples fato de empurrar a fronteira agrícola mais a Oeste ou ao Norte, mas por que esse deslocamento, ao longo das últimas décadas, deixou em seu rastro a criação de novos pólos urbanos e de negócios, que ensejaram a atração de mão-de-obra, de empresas do ramo industrial, de comércio e de prestação de serviços.

Em suma, tornou possível realizar aquilo que governos de diferentes matizes hastearam como bandeira de luta, ou seja, o avanço da desconcentração econômica, um notável acontecimento que teve como palco a Região Centro-Oeste, principalmente.

5) A Essência do Agronegócio na Macroeconomia Atual

As bases da política econômica praticada no Brasil pós-Plano Real assentam-se em um modelo marcadamente de baixo crescimento, o que, por sua vez, resulta no enfraquecimento de importante alicerce para a expansão mais sustentada do Agronegócio no país.

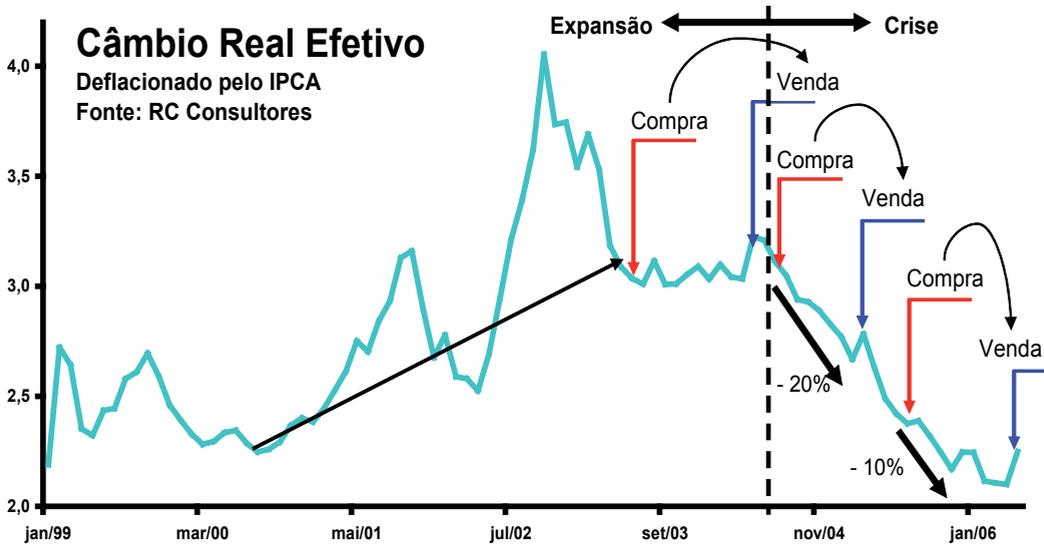
Ainda assim, mesmo com o fraco desempenho do mercado interno, a agroindústria brasileira mostrou forte dinamismo ao longo dos últimos dez anos. Das três bases do tripé “crescimento econômico, estabilidade de preços e equilíbrio externo”, o setor se sustentou apenas nas duas últimas. Isto porque, em vários momentos, contou-se com elevado patamar de preços das commodities no mercado internacional.



Sob esta condição, a estabilidade de preços e o equilíbrio externo permitiram a geração de um excedente de lucro suficiente para ampliar a escala de produção do Agronegócio, independentemente do baixo ritmo de expansão da economia doméstica.

No entanto, a partir do momento em que a sobrevalorização cambial afeta a competitividade das exportações do Agronegócio brasileiro, surge um desequilíbrio que impõe severas perdas

ao setor, desativando o motor que mantinha seu crescimento. Há um descolamento dos preços relativos (recebidos e pagos), acarretando uma ruptura nessa estabilidade de preços. A consequência é a “quebra” de vários produtores, sobretudo os pequenos e médios.



Isto indica que o produtor rural precisa receber um tratamento compatível com a natureza dos riscos que envolvem a atividade à qual ele se dedica. Em outros termos, é necessária a adoção de um ambiente econômico que lhe proporcione uma renda permanente, apoiada em um contexto em que sejam previsíveis o crescimento econômico, a estabilidade de preços e a competitividade externa.

Um dos pontos de partida dessa política tem como passagem obrigatória a redução da carga tributária, uma das mais elevadas do mundo. E porque não começar pela redução dos tributos que incidem diretamente sobre os alimentos? Este seria um primeiro e fundamental passo no sentido de aumentar a competitividade dos produtos do Agronegócio.

No setor de alimentos industrializados existem várias cadeias produtivas, cada uma delas com diferentes etapas de processamento e transformação, que incorporam sucessivos impostos, tributos e taxas. Cabe avançar no processo de desoneração fiscal de algumas dessas cadeias de produção.

Se hoje existe maior transparência na relação entre receita e custo da lavoura (que na época de inflação alta era marcadamente nebulosa), há também uma competição mais direta sob o cenário de concorrência globalizado.

A grande conclusão é que, para simplificar o Agronegócio, é preciso criar uma Plataforma Global para seu efetivo desenvolvimento no Brasil. Sem necessidade de recorrer a subsídios, até porque a agricultura brasileira já demonstrou que pode competir em diferentes mercados sem as muletas de uma proteção comercial, cabe construir essa Plataforma Global Desgravada e Modernizada para o Agronegócio Brasileiro.

6) A Estrutura de Simplificação do Agronegócio

A criação de uma Plataforma Global para o Agronegócio depende, fundamentalmente, da implementação de um conjunto de ações que resultem na elevação do seu grau de eficiência econômica. Dentre essas ações, pode-se destacar as seguintes:

a) Maior difusão do seguro rural

A maior difusão do seguro rural seria um passo crucial no sentido de equalizar a capacidade de competição da agricultura brasileira frente às das principais potências agrícolas mundiais.

Até o momento, a utilização dessa moderna ferramenta é bastante restrita no país, seja pela indevida avaliação da relação risco-retorno por parte do produtor, seja pela inexistência de um leque mais amplo de produtos, mais flexível e adaptável à realidade agrícola brasileira.

Não basta que o Seguro Rural tenha um caráter multirrisco, que cubra a vida da planta, desde sua emergência até a colheita, contra perdas provenientes de incêndio acidental, chuvas excessivas, ventos fortes, granizo, seca, geada, etc. É fundamental que esse produto seja segmentado sob critérios mais específicos.

Nesse sentido é que caberia à indústria de seguros promover o lançamento de modalidades de produto em que a certificação de risco fosse vinculada: a) à aptidão da zona de produção; b) ao desempenho pretérito e prospectivo do produtor; e c) a cada lavoura plantada em separado.

Em suma, essa certificação seria expedida com base em uma Matriz de Risco de Produção:

MATRIZ DE RISCOS DA PRODUÇÃO (*)				
APTIDÃO DO PRODUTOR	APTIDÃO DA ZONA DE PRODUÇÃO			
		MÁXIMA	MEDIANA	SOFRÍVEL
	Alta	P1	P2	P4
	Regular	P2	P3	P5
Sub-Normal	P4	P5	P6	

(*) Para cada lavoura separadamente

A adoção dessa política de desenvolvimento de produtos aumentará o interesse e a demanda dos produtores rurais pelo mercado segurador, permitindo sua expansão via redução de preços de produtos centrados no desempenho do produtor e da região de desenvolvimento da safra.

A ampliação do papel do resseguro será de fundamental importância para o desenvolvimento de um sistema de seguro rural no país. Isto porque, o aumento da capacidade financeira das seguradoras permitirá melhor elaboração e maior aplicação da Matriz de Risco de Produção, tornando mais sofisticados os modelos de análise do risco agrícola.

A maior utilização e sofisticação desses modelos será importante inibidor das ações de “risco moral”, evitando assim o encarecimento das operações do seguro agrícola.

Não obstante o IRB (Instituto de Resseguros do Brasil) alegar que vem empreendendo esforços no sentido de agilizar as conversações e o apoio à elaboração de produtos com poder de atração das resseguradoras estrangeiras, esses objetivos seriam melhor atingidos se realizados em um Distrito Financeiro Internacional constituído dentro dos limites do território nacional.

b) Melhora dos critérios de concessão do crédito agrícola

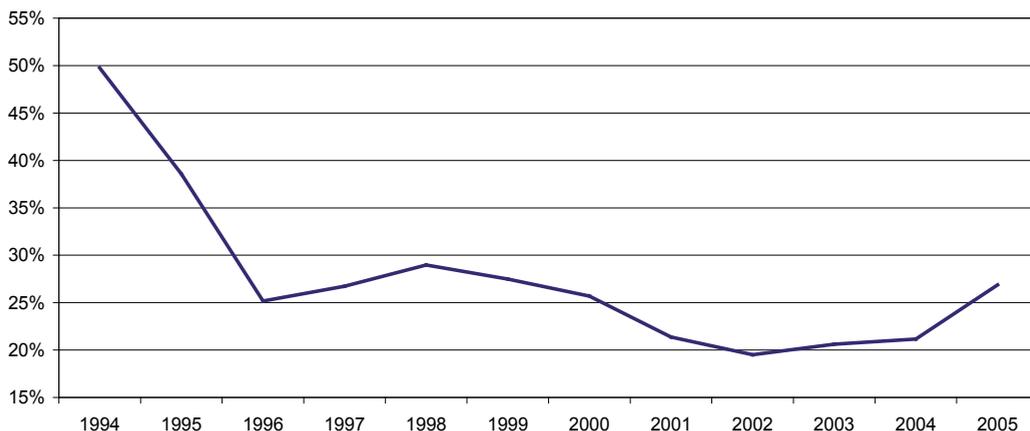
Metodologia similar de segmentação do mercado agrícola caberia ser adotada nos critérios de financiamento ao produtor rural.

A idéia central é que os mecanismos de concessão de crédito agrícola sejam também pautados por uma Matriz de Risco da Produção, sendo os principais vetores de avaliação: a) a aptidão da Zona de Produção; b) o desempenho pretérito e futuro do produtor; e c) a cada lavoura plantada em separado.

A criação de um ranking de produtores e, outro, de zonas de produção agrícola, tornaria mais eficiente a alocação dos recursos do crédito rural, aumentando a capacidade de repagamento desses produtores. Dessa forma, pode-se maximizar o potencial de liquidez de todo o sistema de crédito, criando-se um “círculo virtuoso” que induziria à posterior queda dos juros incidentes sobre as linhas de financiamento.

Por outro lado, é muito claro que a necessidade de financiamento agrícola ultrapassa, em muito, o potencial de crescimento dos recursos oficiais.

Brasil: crédito público ao setor privado rural como percentagem do PIB Agrícola



Fonte: BACEN, IBGE e FGV

Desde a década passada, o sistema de financiamento rural caminha num espaço de transição entre o velho e o novo, este ainda não totalmente definido. A cada safra, o Governo Federal procura acompanhar a evolução da demanda por crédito, mas o fato é que o sistema oficial representa uma proporção decrescente das necessidades do campo.

É também relativamente baixa a produtividade desses recursos, pelas distorções alocativas e distributivas que causam o seu modo de concessão e apropriação.

Além disso, não é de agora que se contesta a manutenção de pesados compulsórios sobre depósitos à vista, em um país ávido por mais flexibilidade de sua política monetária.

Logo, é no mercado que se deve buscar uma nova origem para os financiamentos da expansão da agricultura brasileira.

A maior destinação de recursos do mercado para o negócio rural, todavia, depende de maior domínio do risco inerente a esse negócio. É nesse ponto que a utilização de ferramentas como uma Matriz de Risco da Produção ganha relevância.

Por seu intermédio, o mundo financeiro não apenas formaliza canais de informação quanto ao risco incorrido nas transações, como também passa a dispor de melhores parâmetros para a medição e comparação desse risco com dados oriundos do próprio meio rural.

Do ponto de vista de grande parte dos produtores rurais, isto implicaria em importante avanço no sentido de aumentar seu grau de organização e estruturação empresarial.

É nesse ambiente de maior tecnificação que os novos instrumentos financeiros do agronegócio deverão prosperar. Nos anos 90, surgiram alguns instrumentos de crédito privado voltados ao financiamento do Agronegócio.

O principal deles (e um dos mais antigos) é a CPR – Cédula do Produto Rural, que tem assumido crescente importância no financiamento da agricultura, a despeito de algumas limitações, como seu alto custo, por exemplo.

A CPR é um título de crédito privado que permite a venda antecipada da safra ou parte dela. É um título líquido e certo, sendo seu preço livremente pactuado entre as partes. Antes do vencimento, é um ativo financeiro, sem incidência, portanto, do ICMS. Pode ser negociada em bolsas de mercadorias ou futuros ou em mercado organizado em leilão eletrônico.

A CPR atraiu novos investidores ao mercado agrícola. Porém, justamente por não conhecer as especificidades do Agronegócio, este novo tipo de financiador tornou-se mais dependente de aval bancário ou de seguro, instrumentos que oneram o título, inibindo sua circulação.

Outro instrumento de crédito privado (e um dos mais recentes) é a Nota Comercial do Agronegócio (“NCA”), um papel também conhecido pela denominação de Agrinote. A NCA é um título de dívida; é uma nota promissória de distribuição pública de emissão exclusiva de empresas do agronegócio.

Como a CPR, a NCA pode ser distribuída publicamente e negociada no mercado de capitais, em bolsa de valores ou mercado de balcão. Sendo assim, pode ser adquirida por investidores (institucionais ou não), fundos de investimento, além de instituições financeiras.

Ela pode ser emitida tanto por companhias, quanto por sociedades limitadas e cooperativas.

c) Redução do custo dos insumos

A pressão altista do custo dos insumos é outro importante foco de preocupação do Agronegócio, uma vez que parte desse custo tem origem na elevação do preço do petróleo.

Nos últimos três anos, o produto registrou a dramática valorização de 170%, o que, evidentemente, refletiu-se sobre a formação do preço do óleo diesel e dos fertilizantes nitrogenados, agravando as condições de rentabilidade dos produtores rurais.

Como mencionado anteriormente, o preço do óleo diesel (assim como de outros derivados de petróleo) no mercado brasileiro é superior ao de outros países, em virtude de sua elevada carga tributária.

Não há dúvida, portanto, que a atividade agrícola transfere, de forma desproporcional, parte da renda, que poderia apropriar para si, a outros segmentos da economia brasileira, o que representa um fator de enfraquecimento adicional do desempenho das lavouras brasileiras.

Diesel - estrutura de preço*		
	R\$/litro	
	Estado de SP	EUA
Diesel - preço de realização	1,14	1,16
Impostos	0,45	0,28
CIDE	0,07	-
Pis-Cofins	0,15	-
ICMS	0,23	-
Distribuição + Frete	0,28	0,11
Preço no posto	1,86	1,54

Fontes: ANP, EIA (Energy Information Administration)

Gasolina C - estrutura de preço*		
	R\$/litro	
	Estado de SP	EUA
Preço do combustível - GASOLINA C**	1,05	1,13
Realização - Gasolina	0,85	1,13
Álcool ao produtor	0,19	-
Impostos	1,09	0,24
CIDE	0,22	-
Pis-Cofins	0,22	-
ICMS	0,64	-
Distribuição + Frete	0,34	0,14
Preço no posto	2,47	1,5

Fontes: ANP, EIA (Energy Information Administration)

* Janeiro/Maio de 2006

(*) Gasolina A (80%) + Álcool (20%)

Logo, é mais do que justo que essa renda seja canalizada para o Agronegócio, mediante desoneração dos tributos federais incidentes no diesel para produção e transporte de produtos agropecuários.

É importante lembrar que o barateamento do óleo diesel terá outras importantes externalidades. Haveria diminuição não apenas do valor do frete, mas também do custo final de insumos, como fertilizantes e defensivos, o que permitiria ao produtor atuar com melhor margem operacional. Isso, em última instância, abriria espaço, naturalmente, para o declínio do preço do bem final.

d) Aumento da capacidade de escoamento da produção

A necessidade de se buscar uma simetria de custo global requer também que a infraestrutura brasileira seja minimamente compatível com a de seus principais concorrentes. Logo, é fundamental que haja sensível ampliação e melhora do padrão de qualidade da malha viária, o que vai requerer um comprometimento conjunto dos setores privado e público, visando a encontrar formas alternativas de financiamento.

Nesta década, os investimentos em rodovias realizados pelo Governo Federal atingiram o patamar médio R\$ 2,0 bilhões / ano.

É pouco quando se constata, por exemplo, que a Índia, já na década de 90, gastava anualmente cerca de US\$ 1,5 bilhão na construção e manutenção de estradas, volume que triplicou nos últimos anos.

Também é pouco frente ao volume de recursos arrecadados pela CIDE (tributo embutido no preço dos combustíveis destinado, em tese, ao desenvolvimento dos modais de transporte), que atinge a marca de US\$ 8,0 bilhões / ano, ou seja, quatro vezes o desembolso efetuado pelo Poder Público Federal na primeira metade da presente década.

CIDE: arrecadação em 2005			
R\$ Bilhões			
	Gasolina	Diesel	Total
CIDE	5,3	2,7	8,0

Fontes: Ministério da Fazenda/ANP

Nessas condições, caberia ao Estado brasileiro assumir o compromisso, já legalmente previsto, de proceder à maior liberação de recursos arrecadados pela CIDE.

A construção e recuperação das estradas de rodagem (ou de instalações portuárias), visando fortalecer a infra-estrutura regional utilizada no escoamento da produção agrícola, poderiam ser realizadas por empresários rurais, com financiamento oriundo da maior liberação de recursos arrecadados pela CIDE.

Esses empresários, devidamente estruturados como pessoa jurídica e habilitados por agências de regulação específica, assumiriam o desenvolvimento de obras em que a liberação de recursos da CIDE seria atrelada à garantia de safras futuras e a outras garantias reais dos participantes na região econômica em que tais obras fossem realizadas.

e) **Maior poder de comercialização global**

Para que os produtos do Agronegócio brasileiro possam ter acesso permanente ao mercado mundial é fundamental oferecer maior suporte à defesa sanitária (investimentos, pesquisas, fiscalização). Ou seja, cabe ao país preservar suas plantas e frutas de doenças e pestes que possam colocar em risco a saúde do consumidor nacional ou estrangeiro. Desse modo, medidas como cortes de orçamento de órgãos ligados à defesa sanitária da agropecuária não poderiam ser decididos apenas na esfera do Poder Executivo. Seria imperativo a criação de instâncias legais que permitam à sociedade civil participar desse tipo de decisão, sob pena de que possa ocorrer, por exemplo, a redução do poder de fiscalização nessa área.

Redução de gasto público dessa natureza não torna o Estado mais eficiente. Apenas eleva o risco de trazer um prejuízo incalculável a toda a sociedade.

Ainda no tema da defesa sanitária, deve-se observar que o seu fortalecimento não é evidentemente uma ação gratuita, do ponto de vista econômico. Ela representa um custo para o produtor, custo esse que deve ser claramente considerado nas planilhas de cálculo de rentabilidade da produção, tal qual são incluídos insumos diretos, mão-de-obra, transporte, etc.

Apenas dessa maneira o preço final do produto irá refletir de forma justa a remuneração de um fator (a defesa sanitária) vital para a crescente inserção dos produtos brasileiros no mercado internacional.

7) PLATAFORMA GLOBAL DO AGRONEGÓCIO: SÍNTESE

1) MAIOR DIFUSÃO DO CRÉDITO RURAL

- Matriz de Risco da Produção
- Aumento do papel do Resseguro

2) MELHORA DOS CRITÉRIOS DE CONCESSÃO DO CRÉDITO AGRÍCOLA

- Matriz de Risco da Produção
- CPR e Agrinote

3) REDUÇÃO DO CUSTO DOS INSUMOS

- Diminuição dos tributos federais incidentes sobre o óleo diesel

4) AUMENTO DA CAPACIDADE DE ESCOAMENTO DA PRODUÇÃO

- Organização empresarial do produtor
- Maior destinação dos recursos da CIDE

5) MAIOR PODER DE COMERCIALIZAÇÃO GLOBAL

- Aumento de investimentos e da fiscalização em defesa sanitária

ANEXO: DETALHAMENTO DE PROGRAMAS E AÇÕES

Programa de Avaliação de Risco e Desempenho

O aperfeiçoamento da avaliação de desempenho é crucial para uma perfeita mensuração de risco, questão fundamental para a concessão de crédito e para a implementação de seguros.

Um bom exemplo foi o rápido e sensível declínio do preço da soja no segundo trimestre de 2004, que representou o primeiro importante revés para o dinamismo do agronegócio que, até então, parecia inabalável frente ao excelente panorama no mercado externo, onde prevaleciam preços elevados e demanda crescente pelos produtos do complexo.

O anúncio, feito no referido período, de que os EUA colheriam uma excelente safra naquele ano fez o mercado tremer. Cálculos rápidos já apontavam que o preço da soja, então cotada na faixa de R\$ 50,0 / saca poderia ter um corte da ordem de 30% nos meses seguintes. Afinal, tornara-se inevitável que os baixos estoques então vigentes no mercado mundial teriam algum crescimento.

Previsto e realizado. No segundo semestre de 2004, os Estados Unidos colheram a safra recorde de 85,0 milhões de t, o que estabeleceria, quase irremediavelmente, uma trajetória de estoques crescentes para os meses seguintes; e reforçaria a perspectiva de pouco espaço para uma subida dos preços da commodity salvo, é claro, no caso de ocorrência de algum acidente climático.

Os produtores rolaram suas dívidas em 2005, fruto da safra recorde anterior, ainda pensando em recuperar terreno na colheita seguinte, do ano de 2006.

Nisso foram amparados financeiramente pela indústria de insumos, que “rolou” pelo menos metade da posição de dívida em aberto dos agricultores de grãos, algo como US\$ 2 bilhões, apenas na lavoura de soja. Houve má mensuração de risco neste caso.

No momento atual, grande parte dos empreendedores do campo está na mira dos serviços de proteção ao crédito, inclusive o CADIN.

São informações negativadoras, que não colaboram para o encaminhamento de qualquer solução. O refinanciamento geral aqui proposto deve obedecer a um verdadeiro RECADASTRAMENTO DO PRODUTOR RURAL conforme bases homogêneas e NEUTRAS, que levem em conta duas variáveis principais de controle:

- APTIDÃO DA ZONA DE PRODUÇÃO
- APTIDÃO/DESEMPENHO DO PRODUTOR

Propõe-se o imediato recadastramento dos produtores refinanciados, através de Avaliadores Independentes com a colaboração de ASSOCIAÇÕES dos produtores, como pré-condição habilitadora aos refinanciamentos propostos, conforme a MATRIZ DE RISCO DA PRODUÇÃO:

MATRIZ DE RISCOS DA PRODUÇÃO (*)				
APTIDÃO DO PRODUTOR	APTIDÃO DA ZONA DE PRODUÇÃO			
		MÁXIMA	MEDIANA	SOFRÍVEL
	Alta	P1	P2	P4
	Regular	P2	P3	P5
Sub-Normal	P4	P5	P6	

(*) Para cada lavoura separadamente

A Matriz de Riscos de Produção (MRP) obedecerá a critérios de avaliação testados, por PRODUTO.

Propõe-se ainda:

- REDUÇÃO DE MEIO PONTO PERCENTUAL para cada graduação igual ou melhor que P2 sobre a TJLP, como forma de incentivo à melhoria da APTIDÃO/DESEMPENHO do produtor;
- Taxação da TJLP cheia ao nível de P3; e
- Meio ponto percentual de cobertura de risco extra para os níveis P4 a P6.

Assim ficará a MRP conforme as taxas de refinanciamento:

MATRIZ DE RISCOS DA PRODUÇÃO (*)				
APTIDÃO DO PRODUTOR	APTIDÃO DA ZONA DE PRODUÇÃO			
		MÁXIMA	MEDIANA	SOFRÍVEL
	Alta	7,25	7,75	8,75
	Regular	7,75	8,25	9,25
Sub-Normal	8,75	9,25	9,50	

(*) Para cada lavoura separadamente

Este novo critério de Avaliação de Risco Agrícola, sendo funcional, permanente e prospectivo, melhorará sensivelmente as condições operacionais do refinanciamento proposto, bem como as assimetrias de informação sobre o “risco verdadeiro” da transação proposta.

Simplificando o Refinanciamento

1) Custeio

- * Readequação dos prazos de prorrogação automática de 100% do custeio agrícola 2004/2005, renegociados e não renegociados, e 2005/2006: prazo de 5 anos e carência de 7 anos;
- * Inclusão, após estudos empíricos de necessidade caso a caso, de outras culturas e atividades não contempladas com a prorrogação, como o caso da bovinocultura de corte e de leite, avicultura e suinocultura;
- * Garantias: produtos a serem colhidos nas safras futuras através de CPR emitidas pelos produtores habilitados.

2) Investimento

- * Renegociação das parcelas dos contratos de investimento (todas as fontes do crédito rural), permitindo o reescalonamento do saldo devedor, considerando a capacidade de pagamento do produtor rural: prazo de 10 anos e carência de 2 anos;
- * Inclusão de outras culturas e atividades não contempladas com a prorrogação, como o caso da bovinocultura de corte e de leite, avicultura e suinocultura;
- * Simplificação do seguro exigido pelo BNDES, em condições compatíveis com o Programa.

3) Comercialização

- * Renegociação de EGF (inclusive semente) nas mesmas condições e prazos do custeio;
- * Renegociação das CPRs Financeiras, com juros menores, nas mesmas condições e prazos do custeio.

4) FAT Giro Rural

- * Simplificação do acesso dos produtores rural e cooperativa agropecuárias ao FAT Giro Rural (Produtores e Fornecedores de Insumos);
- * Criação de um Fundo de Aval, nos moldes do Funproger, para concessão de garantias complementares à contratação do FAT Giro Rural;
- * Adoção de Incentivos de outros mecanismos para operacionalização do FAT, tais como: isenções fiscais às empresas que aderirem e aval compartilhado entre governo e fornecedores;
- * Prazo: 2 anos de carência + 5 anos para pagamento (7 anos no total).

5) Regionalização dos limites de Crédito

- * Adequar o limite de crédito ao custo de produção de cada região produtora.

6) Garantia de Acesso a Crédito

- * Reexame das garantias exigidas no crédito rural, com vistas a possibilitar, além da renegociação de dívidas, o acesso ao crédito na próxima safra;
- * Não vinculação, para fins de análise de limite de crédito, do saldo devedor da dívida renegociada;
- * Dispensa, neste ano-safra, de pesquisa junto ao Serasa, SPC e Cadin, para fins de análise cadastral para prorrogação e tomada de recursos para a próxima safra e programas de sustentação de preços do Governo Federal;
- * Articulação do Governo Federal junto às instituições financeiras privadas, para que os pedidos de prorrogação sejam analisados e deferidos tal qual nos bancos oficiais;
- * Articulação do Governo Federal junto às instituições financeiras oficiais e privadas com o objetivo de se sustar cobrança de taxas para análise de crédito para renegociação, bem como seguros diversos, que não sejam o seguro penhor rural previsto no MCR, e venda casada de serviços.

A mera prorrogação de dívidas remanescentes e o aporte de novos recursos do PAP não viabilizam o plantio da próxima safra. Os produtores rurais se encontram em situação de insolvência, restrição cadastral nas instituições financeiras oficiais e privadas e elevado grau de endividamento junto aos financiadores privados.

Agravando-se, ao prorrogar sua dívida junto à instituição financeira, o seu limite de crédito, já reduzido pela queda dos preços das terras, das expectativas de comercialização e preços das commodities, ficam ainda menores, impossibilitando-os de acessar novos recursos.

Atualmente as instituições financeiras estão exigindo, para fins das prorrogações previstas na Resolução 3.364, apólices de seguros apenas a proposta de prorrogação, taxas de análise cadastral, laudo de assistência técnica, dentre outras exigências não previstas no Manual de Crédito Rural, assim impossibilitando o processo de renegociação.

Sugestões de Criação de Novas Alternativas Financeiras

É crucial se identificar ferramentas financeiras que comportam as ESTRUTURAS de refinanciamento pretendidas.

O Governo Federal propôs e o Congresso e a CVM aprovaram, respectivamente, novos instrumentos que facilitarão o processo de refinanciamento.

Propõe-se a redução de ESTRUTURAS financeiras compatíveis com as condições de refinanciamento pretendidas, em especial, que se REDEFINA as condições do FAT-GIRO RURAL.

1. Programa REFIA BR

Refinanciamento direto de produtores emissores ou de cooperativas, ou ainda, de

fornecedores de insumos, através de utilização de margem especial do RECOLHIMENTO COMPULSÓRIO do SISTEMA BANCÁRIO; aplicação em CCB – Cédulas de Crédito Bancário ou título equivalente, lastreadas por LCA, CDCA ou CRA's, ou ainda, diretamente por CPR de safras futuras; previsão de seguro de crédito cujo prêmio é arcado pelo Emissor.

Passo a passo:

- 1) CMN autoriza BANCOS COMERCIAIS a aplicar até a totalidade de seus Recolhimentos Compulsórios (RC), provindos de regiões agrícolas definidas, em TÍTULOS do PROGRAMA REFIA BR;
- 2) Títulos do REFIA são CCB's (prazo n anos) emitidos por EMPRESAS DO AGRONEGÓCIO habilitadas (Fornecedores e Empresários);
- 3) Os CCB's do REFIA são lastreados em safras futuras de PRODUTORES "PEJOTADOS" (matriculados num programa de transformação do seu negócio em Pessoa Jurídica- "PJ") e unidos de CDP – Certificado de Desempenho do Produtor. Os "Pejotados" emitirão CPR sobre safras futuras para lastrear as CCB's.
- 4) Os emissores de CCB's adquirirão SEGURO de Crédito (ou Performance) sobre as CCBs (ou as CPR's) e respectivo "Rating" de crédito;
- 5) Garantias adicionais (inclusive hipotecárias) poderão ser aceitas para ingresso no REFIA-BR, pelos Produtores Pejotados;
- 6) Os BANCOS participantes do REFIA poderão então:
 - a) reter as CCB's em suas carteiras próprias;
 - b) destinar as CCB's para seus fundos sob administração;
 - c) refinarciar as CCB's no mercado externo através do programa AGRINOTES-EX.

RESULTADOS DO REFIA-BR

- 1) Dívida Acumulada é refinanciada;
- 2) Critérios de Mercado são utilizados;
- 3) Produtores são certificados e viram PJ;
- 4) Governo só entra liberando Reserva Estéril (Recolhimento Compulsório);
- 5) Sistema Bancário tem opções de refinarciar os títulos do REFIA .

2. PROGRAMA AGRINOTES-EX

Refinanciamento através do Banco do Brasil – offshore – pela aquisição de Notas Comerciais do Agronegócio (NCA's ou "Agrinotes") emitidas por produtores (PJ) cooperativas ou fornecedores habilitados para tal, de títulos denominados em moeda estrangeira e já lastreados na entrega de safras futuras mediante CPR's correspondentes.

Passo a passo:

- 1) Paralelamente ao Programa REFIA-BR, criar-se-á uma facilidade específica para o refinanciamento externo da dívida agrícola com credores privados através de NOTAS COMERCIAIS DO AGRONEGÓCIO ("AGRINOTES");

- 2) As AGRINOTES, reguladas pela Instrução CVM-422-05, são títulos anuais, que podem ser emitidos em moeda estrangeira e em programas plurianuais (art.30);
- 3) As AGRINOTES serão emitidas com lastro nas CCB's-REFIA, cujo lastro são CPR-ex (CPR's exportação). Desta forma, estas AGRINOTES carregam o lastro de todas as garantias da dívida agrícola repactuada, inclusive os seguros respectivos;
- 4) As AGRINOTES terão seu risco de crédito avaliado com base em escala de "rating" internacional, por serem títulos exportáveis (offshore);
- 5) Para estimular a demanda externa por AGRINOTES-EX, criar-se-á uma facilidade de RETENÇÃO DE DIVISAS DO COMÉRCIO EXTERIOR do Brasil. Assim, exportadores poderão manter divisas, desde que inicialmente adquiram AGRINOTES-EX por um certo período;
- 6) O mercado primário (e secundário) de AGRINOTES-EX será constituído num DISTRITO FINANCEIRO INTERNACIONAL onde:
 - a) depósitos em moeda estrangeira por indivíduos e empresas residentes são permitidos;
 - b) mercado livre de resseguros é admitido.
- 7) Para estimular a aquisição de AGRINOTES-EX, estas habilitarão seus detentores, após um período de retenção em carteira (ex. 270 dias) a requerer um CRÉDITO DE REGULARIZAÇÃO FISCAL (CRF) correspondente a R\$ 0,30 por cada Real aplicado, por período;
- 8) Acoplada às AGRINOTES-EX, uma facilidade ambiental será criada, sob a forma de CERTIFICADO DE SEQUESTRO DE CARBONO (CSC) negociável no DFI com total isenção de tributos;
- 9) Através do Banco do Brasil, numa agência situada no DFI, poderá ser criado um Fundo de Liquidez para AGRINOTES-EX, com valor equivalente a até 10% das Reservas brasileiras em poder do BACEN, de modo a elevar a rentabilidade dessas aplicações;
- 10) O mercado de AGRINOTES-EX, acopladas às safras futuras através de CPR-EX, terão como demandantes potenciais:
 - a) grandes importadores internacionais (China, Europa, Índia etc);
 - b) Trading Companies e Matrizes de fornecedores de insumos agrícolas;
 - c) Contas "offshore" de residentes PF e PJ.

3. PROGRAMA CRIA - REGIONAIS

- 1) Com o objetivo de acelerar a implantação de INFRAESTRUTURAS REGIONAIS, tais como escoamentos (rodovias, ferrovias, portos, aquavias), energéticas, habitacionais, saneamento, em macrorregiões agrícolas pré-identificadas, o Governo Federal estabelecerá desembolso de recursos fiscais da CIDE (Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico) em programas denominados CONSÓRCIO DE REFINANCIAMENTO À INFRAESTRUTURA PARA O AGRONEGÓCIO – "CRIA", tais como "CRIA-Ramal Norte/Sul", "CRIA-Bahia Oeste", "CRIA-Br 163/MT, etc;
- 2) Serão criadas, nos Estados respectivos, Agências Habilitadoras de projeto de CRIA's para:

- a) Delimitar as macroregiões de interesse, dos projetos respectivos;
 - b) Calcular o retorno social esperado;
 - c) Calcular o CUSTO BÁSICO do projeto habilitado;
 - d) Determinar as NORMAS de habilitação dos EMPRESÁRIOS rurais ao CRIA's.
- 3) Os recursos para cada CRIA, uma vez habilitados pela Agências, serão objeto de liberação através da rubrica da CIDE, desde que vinculados às garantias de safras futuras e de outras garantias reais dos participantes;
 - 4) Os CRIA's serão organizados como Sociedades de Propósito Específico e será aplicado, no que couber, a legislação das Parcerias Público-Privadas (PPP's). O ganho potencial do CRIA é a diferença esperada entre o CUSTO EFETIVO da obra contratada e o CUSTO BÁSICO estipulado pela AGÊNCIA, de modo que este GANHO será apropriado pelos participantes do Consórcio em qualquer de dois modos:
 - a) amortização da linha especial de crédito, aberta em favor dos participantes, de até x% do valor da obra, com adiantamento ao projeto;
 - b) conversão do crédito em ações da Empresa de Exploração da Obra executada.
 - 5) O potencial financeiro dos CRIA's pode ser estimado a partir da projeção de arrecadação da CIDE, até 20 anos à frente, na base de R\$ 8 bilhões/ano, destinando-se 50% desse valor ao programa CRIA. O valor presente desse Programa pode ser securitizado pelo BNDES e esta "security" alocada no porfolio de BIRD, IFC, BID, CAF ou congêneres. Estimativamente, o Programa CRIA, em nível nacional, pode iniciar-se com um valor presente de R\$ 20 bilhões, gerando um desembolso imediato, dos Participantes habilitados, da ordem de 20%: ou seja, R\$ 4 bilhões.

RESULTADOS PRINCIPAIS DOS CRIA-REGIONAIS

- 1) Antecipar a aprovação e execução de projetos de Infraestrutura de grande impacto regional;
- 2) Reduzir significativamente o custos dessas obras por sua execução local;
- 3) Refinanciar o capital empresarial agrícola, trazendo o futuro como colateral do presente;
- 4) Estimular novos Polos de Desenvolvimento com alto grau de segurança ambiental;
- 5) Mobilizar capitais externos privados no financiamento dessas obras que recomporão o fundo da CIDE, ao permitir novos projetos serem habilitados.

4. PROGRAMA AGRO-PLATAFORMA GLOBAL

- 1) Este Programa permite rever a ESTRUTURA DE CUSTOS do Agronegócio de modo a ajustar tal estrutura ao padrão GLOBAL de máxima competitividade;
- 2) MP será publicada, em razão de efetiva relevância e urgência, emendando a Lei 8171/81 (Lei Agrícola) para permitir a execução da ESTRUTURA DE CUSTOS GLOBAL do Agronegócio;
- 3) O objetivo é constituir uma PLATAFORMA de custos agrícolas anualmente ajustada, a começar por:

- a) custo do combustível;
 - b) custo dos insumos de alta tecnologia;
 - c) custo de P&D (Pesquisas e Desenvolvimento de Variedades mais Produtivas e Resistentes);
 - d) custo de conservação ambiental
- 4) Nesta MP, o Governo adotará medidas imediatas de redução do custo do óleo diesel nas atividades agrícolas. Adotará também medidas práticas para o chamado “Draw-back verde-amarelo” (importação desonerada de insumos para reexportação de produtos destes decorrentes)

Fontes de Recursos Suficientes

Para minimizar o impacto fiscal dos refinanciamentos pretendidos é fundamental evitar fontes diretas do Tesouro Nacional.

Propõe-se:

- a) Utilização preferencial de recursos da RESERVA MONETÁRIA do sistema bancário no valor estimado de R\$ 7 bilhões;
- b) Recursos fracionários da RESERVA DE LIQUIDEZ do Banco Central em moedas estrangeiras, no valor de R\$ 7 bilhões, estando esta fonte justificada completamente pela contribuição de mais de US\$150 bilhões do agronegócio para o saldo comercial brasileiro, portanto, responsável direto pela formação das reservas internacionais do Brasil de US\$ 60 bilhões, dos quais se pretende utilizar até 5% (=US\$ 3 bilhões) para aquisição de AGRINOTES.

Monitoramento do Processo

É essencial o monitoramento da implementação das providências, e em seguida, o acompanhamento dos RISCOS dos Produtores Refinanciados.

Propõe-se a instalação, no MAPA, de um Grupo de Acompanhamento de Riscos e Retornos da Agricultura (GARRA), com a incumbência de manter o governo e a liderança da produção continuamente informados sobre as condições de pagamento e as respectivas capacidades de pagar dos produtores ao longo das próximas safras, até o final do Programa.

Além dos benefícios intrínsecos do GARRA – ver planilha de Fluxo de Caixa sugerido ao final – este trabalho de MONITORAMENTO poderá transformar-se numa das principais MISSÕES e ATRIBUIÇÕES de uma futura AGÊNCIA DE POLÍTICA AGRÍCOLA.

Âmbito do Programa de Refinanciamento

Trata-se de um programa de âmbito nacional, requerendo, portanto, o Zoneamento Agrícola detalhado por REGIÕES e PRODUTOS, a fim de balizar as avaliações de riscos correspondentes e, em seguida, da CERTIFICAÇÃO DE DESEMPENHO DO PRODUTOR (CDP) com incentivo específico à transformação da natureza jurídica do agronegócio em PESSOA JURÍDICA.

Propõe-se o estabelecimento de uma AGENDA de implantação do programa e a determinação do Zoneamento da Produção, pelo critério sugerido, no prazo de 60 dias.

Resumo das exposições e debates

O quarto encontro, por sua temática, teve o apoio da Federação da Agricultura do Estado de São Paulo e da Ordem dos Economistas do Brasil. A mesa foi presidida pelo presidente da Federação da Agricultura do Estado de São Paulo, Fábio de Salles Meirelles, Faesp e dela fizeram parte, além de Paulo Rabello de Castro, Gilson Garófalo, segundo vice-presidente do Conselho Nacional de Economia da Ordem dos Economistas do Brasil, Fábio Silveira, da RC Consultores; Ivan Wedekin, na época secretário de Política Agrícola do Ministério da Agricultura e Sebastião Costa Guedes, presidente do Conselho Nacional da Pecuária de Corte.

FABIO DE SALLES MEIRELLES - O ciclo de debates Simplificando o Brasil quer oferecer propostas que ampliem a formalidade, os investimentos e os empregos por meio de um ambiente mais favorável aos negócios. Para isso, é preciso reverter as condições desfavoráveis ao desenvolvimento de empreendimentos no Brasil, associadas à burocracia, às dificuldades para abrir e fechar empresas, às mudanças de regras e à complexidade de funcionamento das instituições em áreas da economia, como a tributária e a trabalhista. O agronegócio deve atender a todas as cadeias produtivas. Mesmo enfrentando adversidades climáticas e disseminação de pragas, o agronegócio desempenha papel extraordinário na economia brasileira há décadas. Reverteu as expectativas das contas externas, pois entre 1997 a 2005, acumulou saldo comercial da ordem de US\$ 155 bilhões, reduziu a inflação, aumentou a renda das famílias, criou novos pólos de crescimento econômico e geração de empregos. Ajudou a desconcentrar a riqueza há muito acumulada no Sudeste e no Sul.

Apesar de tudo isso, tem recebido pouca atenção do Poder Executivo em questões vitais, como maior controle do custo de insumos e mais recursos em pesquisas para aumentar a produtividade. Tem faltado ao governo foco nas suas atividades. A agricultura até certo ponto vai bem, mas está destruindo os músculos do agricultor, destruindo a fé do homem na sua economia e em todas atividades. Alcançamos, é verdade, um magnífico avanço tecnológico que deve ser ampliado, mas é preciso alterar a política de juros. Não há uma readequação da política de crédito rural que funcione de acordo com as dificuldades. Devemos aprimorar e expandir a política de garantia de preços e de seguro de produção. A expansão dos investimentos e a defesa da agropecuária devem ser constantes para resguardar nossos interesses. Investir em infra-estrutura logística de transporte e armazenagem. Esse é papel senão exclusivo do governo, mas de política de governo. Formalizar acordos comerciais e de equivalência sanitária para enfrentar as dificuldades das barreiras sanitárias e técnicas.

Por estas razões, existe a proposta de implantar uma plataforma global do agronegócio, que será detalhada e submetida aos debatedores. O presidente do Conselho de Planejamento Estratégico da Federação do Comércio, o ilustre economista Paulo Rabello de Castro vai apresentar o tema e conduzir os debates. O que eu penso representa os anseios da Federação do Comércio e da Federação da Agricultura.

PAULO RABELLO DE CASTRO – O doutor Fábio Meirelles vai ser ao mesmo tempo debatedor e presidente da mesa, em substituição ao Dr. Abram Szajman, que não pôde comparecer. Nosso objetivo é reunir especialistas que possam discutir o conceito da simplificação do agronegócio

esta atividade produtiva estratégica para o Brasil - no contexto dos estudos que vêm sendo desenvolvidos pela Casa, com o apoio da Universidade de São Paulo e a equipe coordenada pela professora Maria Helena Zockun. Pessoas como Ivan Wedekin, que da posição privilegiada de secretário de Política Agrícola, pode comentar os temas e as propostas que serão apresentadas. Ivan Wedekin tem pelo menos trinta anos dedicados à agricultura e à política agrícola brasileira. Trabalhamos no grupo de informação agrícola da Fundação Getúlio Vargas e na Sociedade Rural Brasileira durante alguns anos. Ivan trabalhou também na Agroceres, onde colaborou com Ney Bittencourt Araújo, um dos maiores divulgadores da agricultura moderna. Aqui está também o presidente do Conselho Nacional da Pecuária de Corte, Sebastião Costa Guedes. E o economista e consultor em agronegócio, Fabio Silveira.

Decidimos debater e discutir uma forma de simplificar o agronegócio porque o setor agropecuário é típico e nem sempre tem as mesmas características de estrutura tributária, previdenciária ou trabalhista. O setor agropecuário é particularmente crítico para a estabilidade macroeconômica brasileira e, nesse sentido, carrega um saldo de virtudes. Em compensação, ao longo dos anos tem sido um segmento extremamente maltratado, apesar das compensações com as tentativas de reequacionar sua matriz de risco-retorno. O setor segue maltratado pela macroeconomia, por pacotes de todos os tamanhos que reestruturam endividamentos formados pelo agricultor. Agora ele se vê atropelado por uma política cambial artificial e, no passado, por congelamento de preços e planos heterodoxos. Isso sem contar as adversidades climáticas e a falta de estrutura adequada que garantam proteção a atividade cujas adversidades diferem das da indústria e do comércio.

Portanto, diante desse caráter *sui generis* da agricultura e do seu papel central para reequilibrar a frágil macroeconomia brasileira, um documento que sirva para estimular e provocar a discussão sobre a política econômica dos próximos quatro anos teria que dedicar um capítulo ao agronegócio.

Nos últimos seis anos, a expansão anual das exportações do agronegócio cresceu 14% anuais em dólares. A exportação de muitos produtos aumentou 50% ou até 100% ao ano. Diversas especialidades de setores, percentualmente pequenos, podem apresentar durante um pequeno período de tempo altas taxas de crescimento. Mas, o importante e centenário agronegócio, apresentar taxas de dois dígitos em um país que só cresce 2,5% ao ano nos últimos anos e apurar expansão de 14% nos últimos seis anos, demonstra seu potencial imenso e ameaçador para o resto do mundo. Isso explica os esforços de europeus e norte-americanos agindo nos organismos internacionais para brechar o potencial do agronegócio brasileiro. Mas é um esforço dispensável: aqui trabalhamos contra o agronegócio, postergando sua expansão para daqui a muitos anos. E por quê? Cercam o agronegócio fatores que precisam ser removidos. O conceito de simplificação que aqui tratamos é transformar este potencial em realidade.

Por esta razão, tal como o agronegócio, a simplificação da educação, da inovação tecnológica e do comércio exterior talvez sejam as novas etapas dessas nossas pesquisas.

FABIO SILVEIRA – Em nosso trabalho tratamos da contribuição do agronegócio para a economia brasileira, chamando a atenção para a importância dele para reverter os resultados

negativos das contas externas nos anos 90. Após a desvalorização em 1999, a expansão da produção agrícola e aumento dos preços das commodities na virada do século, o agronegócio acumulou um saldo comercial de US\$ 155 bilhões, fundamental para a mudança de percepção de risco que o mundo tinha em relação ao País. Importante também para reduzir a inflação, ampliando a produção de alimentos, a oferta doméstica e a diminuição do custo da cesta básica. Como o agronegócio expandiu-se significativamente em volume e participação na economia, também teve papel importante para desconcentrar a renda, para expandir o emprego e para o processo de migração das indústrias, sobretudo rumo ao Centro-Oeste.

Depois da desvalorização cambial, o agronegócio foi relevante no crescimento do saldo da balança comercial. O setor agrícola contribuiu para reduzir a inflação e isso esteve ligado ao aumento da oferta e também à prática de uma política monetária e cambial que beneficiou o consumidor, pois os preços agrícolas caíram de modo acentuado. A queda acelerada das cotações prejudicou a rentabilidade do produtor e, agora, coloca em cheque o aumento da produção agrícola e de alimentos em 2007, sugerindo o risco de pressão inflacionária.

O Poder Executivo, no entanto, contribuiu pouco. Um exemplo, é a Cide, tributo embutido nos preços dos combustíveis. Foi pequeno o repasse desses recursos, cujo destino, em princípio, deveria ser o sistema de transportes e a modernização e o aumento da malha viária. O Poder Executivo também permitiu que os preços do diesel e outros derivados de petróleo aumentassem muito. O aumento dos valores desses insumos, entre outras razões, diminuiu a rentabilidade do setor agrícola. Finalmente, os investimentos em pesquisa continuam modestos no País.

Em função da queda acentuada do preço agrícola, menor rentabilidade e produção, parte significativa do setor passa por uma crise financeira muito importante, que pode comprometer o aumento da oferta de alimentos em 2007 e provoca um endividamento em torno de R\$ 20 a 25 bilhões. Este assunto merece muita atenção nos próximos meses, para não comprometer ainda mais o setor agrícola, o agronegócio e a economia brasileira. Nos dois últimos anos, a receita diminuiu pouco mais de R\$ 20 bilhões, em razão da queda de preços e problemas climáticos. O endividamento paralisa setores agrícolas e é preciso pensar em novas formas de financiamento, modelos, produtos para o mercado agrícola. Essas ações precisariam ser implementadas a partir de uma plataforma global do agronegócio, com uma simetria quanto aos preços pagos ao setor em dólar, em certos momentos indevidamente corrigidos pela taxa de câmbio. Custos e receitas são assimétricos. Portanto, é fundamental remover as assimetrias do lado dos custos, essencial para o agronegócio aumentar sua competitividade nos próximos anos.

Uma plataforma para o agronegócio equaliza a competição da atividade em relação aos outros países e aumenta a eficiência econômica do setor. Algumas ações são necessárias: maior difusão do seguro rural, melhores critérios na concessão de crédito agrícola, redução do custo dos insumos, maior capacidade de escoamento da produção e ampliação do poder de comercialização global do agronegócio.

O seguro rural ainda é pequeno, em razão da má avaliação da relação risco-retorno que o produtor faz da própria mercadoria e da forma com que a indústria de seguros trata ou analisa os segmentos da agricultura brasileira.

De um modo geral, o mundo urbano e financeiro desconhece o funcionamento dos segmentos que compõem o agronegócio. A idéia é formalizar e detalhar esse conhecimento, para melhor avaliar o risco das lavouras e dos produtores do setor.

Seria importante apressar a instituição do resseguro para aumentar a capacidade de financiamento das próprias seguradoras que, assim, poderiam desenvolver ferramentas e matrizes de produção e avaliação, de forma a tornar mais preciso o risco em cada uma das atividades do setor. Os critérios de concessão de crédito também usariam essa ferramenta para uma análise mais acurada do setor. A criação de um ranking de zonas de produção agrícola aumentaria o potencial de pagamento do setor e sua capacidade de financiamento. Desta forma, boa parte do mercado financeiro e do mercado de capitais saberia mais a respeito do setor agrícola. Com essas ferramentas, a agricultura seria mais bem avaliada pelo setor público e privado. Isso contribuiria para a expansão da atividade no país.

A importância de participação do setor privado na expansão do agronegócio tem origem no fato de que o setor tem grande potencial de crescimento e uma ampla fronteira agrícola que pode contribuir para aumentar a oferta de alimentos nos próximos dez ou vinte anos. Isso dá ao País uma significativa vantagem comparativa e que o poder público, sozinho, não tem recursos orçamentários para financiar o agronegócio na velocidade desejável. Portanto, o aumento na injeção de recursos do mercado para o negócio rural depende de maior conhecimento do risco dessa atividade. Nesse contexto, a matriz de risco de produção é relevante, enquanto formaliza as informações sobre o risco de cada segmento e, do ponto de vista dos produtores, os faz avançar em direção a uma estrutura empresarial. Esse ambiente de maior tecnificação dos instrumentos financeiros do agronegócio já fez surgir títulos como CPRs e Agrinotes, que poderão contribuir para ampliar os recursos disponíveis para financiamento. Se há limites na oferta de recursos, o setor privado tem liquidez para expandir ou financiar, é importante utilizar ferramentas CPRs e Agrinotes para expandir esse financiamento.

Outra peça dessa plataforma é reduzir o custo dos insumos que subiram muito e espremeram a rentabilidade dos produtores. O ideal seria desonerar os tributos incidentes sobre a produção e o transporte de produtos agropecuários. O benefício reduziria o preço do frete, dos insumos (fertilizantes e defensivos) que chegam às áreas produtivas, e melhoraria a rentabilidade do produtor rural. Esse quadro mostra a importância dos tributos federais e outros na formação do preço do diesel. Portanto, um quarto elemento fundamental na composição dessa plataforma é o aumento da capacidade de escoamento da produção, que não dispõe de uma malha viária adequada. A Cide arrecadou R\$ 8 bilhões, mas só foram investidos R\$ 2 bilhões ao ano. A Índia investe US\$ 4,5 bilhões ao ano. Esse papel poderá ser desenvolvido pelos empresários rurais, os mais interessados em escoar a produção, que podem se transformar em empreendedores e agentes mais modernos, elaborando projetos a partir de recursos da Cide que seriam liberados dando como contrapartida as safras futuras.

Finalmente, um maior poder de comercialização global do agronegócio. Esse conceito é mais complexo. Produzir alimentos com mais investimentos, pesquisa e fiscalização sugere maior participação da sociedade civil nas decisões relativas, por exemplo, a gastos relacionados a investimentos, pesquisas e fiscalização da defesa sanitária. Esse envolvimento da sociedade

é fundamental para os consumidores dos mercados internacional e nacional confiarem na produção do alimento brasileiro.

Em resumo, a plataforma global do agronegócio consiste em: difundir o crédito rural; aumentar o poder do resseguro; aprimorar os critérios de concessão de crédito agrícola com matriz de risco de produção; ampliar a utilização de CPRs e Agrinotes e reduzir o custo dos insumos. Ela prevê ainda o avanço da capacidade de escoamento da produção - por meio da liberação de recursos da Cide e oferecendo como garantia safras futuras - e o já mencionado maior poder de comercialização global do produto brasileiro.

PAULO RABELLO – Além disso, há o setor pecuário. A pecuária de corte muitos pensam ainda ser um setor tradicionalmente extensivo, mas se esquecem da pesquisa genética que o Brasil desenvolveu. O Brasil é o maior exportador de carne bovina, apesar das dificuldades, como a recorrência da aftosa. Há duas décadas o Brasil inexistia como produtor de frangos e hoje é uma potência da avicultura e da suinocultura. Existem as demais culturas. E há as lavouras permanentes como o fumo e o café. O café é o segmento que talvez mais empregue e, portanto, mais estabilize a renda dos empregados no campo. Aliás, se o agronegócio for retirado do cenário brasileiro, como fica o equilíbrio regional e a situação social, principalmente nas grandes cidades? Portanto, é um assunto sensível. Peço ao Ivan Wedekin, que, depois, nos relate as dificuldades para um especialista do setor privado trabalhar no setor público, barreiras burocráticas, de compreensão no diálogo político para a gente simplificar um setor absolutamente essencial para o país.

SEBASTIÃO COSTA GUEDES – Para simplificar o agronegócio temos que simplificar um pouco a mentalidade de certas pessoas no segmento governamental e no privado que não enxergam nosso potencial de fornecedores de alimentos e de energia para o mundo. Temos que fazer alianças estratégicas. Hoje, não existe isolamento. Nas alianças estratégicas é preferível se aliar ao seu concorrente para melhorar os preços no mercado internacional. Para resumir e simplificar o agronegócio, também precisamos de um orçamento adequado ao Ministério da Agricultura e assegurar um fluxo de caixa condizente. Isso passa por discussões no Congresso. A política de crédito e seguro rural merece reparos. Pessoalmente, prefiro premiar a produção a subsidiar o crédito.

É básico assegurar o direito à propriedade produtiva, que nos preocupa e deve ser mais um ponto de reflexão para as próximas eleições. O Brasil precisa melhorar muito em negociações internacionais. O Ministério da Agricultura criou a Secretaria de Relações Internacionais. Nós precisamos de adidos agrícolas, em Bruxelas, Washington, Tóquio, entre outros.

Outro ponto complicado e crucial é a defesa sanitária. Nós não conseguimos controlar a aftosa. Estou sentado num vulcão, porque presido o Grupo Interamericano de Erradicação da Febre Aftosa, tentando organizar um acordo regional, porque só vamos erradicar a aftosa se trabalharmos com a Argentina, Paraguai e Bolívia. Caso contrário, teríamos de militarizar a fronteira, o que é inviável e ineficiente. Um país com duzentos milhões de bovinos não pode ajudar outro que tem oito milhões a resolver esse problema? Os Estados Unidos erradicaram a aftosa em 1929, sem vacina, à base do rifle sanitário. Nos anos 50, erradicou-se a aftosa

no México, em grande parte da Colômbia. Há uma disposição de oferta internacional para a injeção de recursos, em parceria com o Brasil, para ajudar o Paraguai, a Bolívia e o Equador. Não é muito dinheiro, não. São US\$ 48 milhões em cinco anos, menos de US\$ 10 milhões anuais. Se fizermos um fundo de US\$ 5 por tonelada de carne exportada na região, resolvemos esse problema. Entretanto, isso tem ocorrido. A defesa sanitária é essencial para assegurar alimentos de qualidade. Os organismos internacionais colocam cada vez mais barreiras porque temos uma força imensa. Depois de muito esforço do ministro Rodrigues, conseguimos eleger o presidente da comissão das Américas e colocar um brasileiro no Codex Alimentarius (trata-se de um fórum internacional de normalização sobre alimentos, criado em 1962, e suas normas têm como finalidade proteger a saúde da população, assegurando práticas equitativas no comércio regional e internacional de alimentos, criando mecanismos internacionais dirigidos à remoção de barreiras tarifárias, fomentando e coordenando todos os trabalhos que se realizam em normalização).

Precisamos definir uma representação internacional e ter presença mais efetiva no Codex. Há pontos de interesse do Brasil neste fórum, mas muitas vezes o setor toma uma decisão e o diplomata que vai nos representar vota de modo contrário a essa deliberação prévia. Com muitos contatos na União Européia e em Washington em razão da aftosa, me espanta a indisciplina da nossa representação governamental, que age em desacordo com a orientação do setor. Nos Estados Unidos, o setor define e o ministro da Agricultura toma a decisão. Temos que definir as atribuições da União e dos Estados como essa questão da aftosa no Mato Grosso e no Paraná. A Constituinte deu muito poder teórico aos Estados, mas não existe disciplina. Pela primeira vez ocorreu um foco de aftosa na propriedade de um grande fazendeiro. Querem desmentir isso, mas não há como. As amostras revelam isso e também a irresponsabilidade que já atinge escalões importantes da produção. Na minha opinião, deve haver uma definição mais clara das atribuições de União e de Estados. Uma efetiva parceria público-privada é essencial para planejar o futuro das cadeias de produção, o que queremos ser nos próximos vinte anos e trabalhar para isso.

A pesquisa deve ser orientada para a economia na nossa área. O Brasil é hoje forte em soja fruto do cerrado e do trabalho da Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária). No comércio internacional, convém escolher e fazer alianças estratégicas. Para mim, a Europa é um mercado saturado, porque eles não têm muita capacidade produtiva nem vão conseguir sustentar esses subsídios eternamente, porque há terríveis problemas sociais na Europa. De Gaulle disse, em 1970, em sua última entrevista, para o André Malraux, que o Terceiro Mundo invadiria o Primeiro. E invadiu. Na minha opinião temos que fazer uma aliança com os Estados Unidos, um grande produtor. Juntos, poderemos definir melhor um preço para os nossos produtos e nutrir 800 milhões de famintos ou desnutridos no mundo, na Ásia e em certos países da África ainda pouco estruturados, e obter maior renda no mercado interno. Um exemplo claro vai ser a soja. Os americanos estão muito preocupados e querem discutir com o Brasil uma política de energia, porque se nós tocarmos o biodiesel e as alternativas energéticas precisamos definir em conjunto quem vai produzir alimentos para organizar melhor o mercado. A carne também é essencial, para termos acesso aos mercados americano, japonês, tailandês e coreano - de US\$ 4.000 a US\$ 5.000 mil dólares a tonelada de carne.

PAULO RABELLO – Ele ressaltou a importância das chamadas alianças estratégicas. Há aqui uma espécie de uma contradição. A idéia de que, embora trabalhem sob a égide do chamado mercado - e nada é mais competitivo na formação do preço que o mercado agrícola - o fato é que a criação de valor e a manutenção de renda no campo dependem cada vez mais da formação de alianças estratégicas. De certa forma, as expansões agrícolas no Brasil sempre desconsideraram o caráter da decisão atomizada do produtor: um resolve produzir, outro também, embalados pela previsão ingênua e linear de que preços em alta permanecerão sempre e cada vez mais em alta. A síndrome desse aumento de oferta mais recente foi a expansão da soja no Centro-Oeste e no Meio-Norte a partir da vantagem cambial da elevação súbita dos preços de soja no mercado internacional, até o nível de US\$ 10,00 o bushel. Mas, os preços caíram a US\$ 6,00 e a produção de soja a mais de dois mil quilômetros dos portos endividou o setor. Falta um adequado esquema de produção em cadeias produtivas aliado às negociações internacionais. É nesse sentido que passo a palavra ao secretário de Política Agrícola, Ivan Wedekin.

IVAN WEDEKIN – Cumprimento a Federação do Comércio por essa feliz e necessária iniciativa de simplificar o Brasil, que precisa, de fato, ser mais simples. O primeiro ponto implícito é que a agricultura é um sistema de valor orientado para o consumidor final. Portanto, a agricultura faz parte de um sistema de mercado. Em momentos de crise agrícola, precisamos resistir aos pedidos estatizantes na agricultura brasileira, porque o melhor caminho para a agricultura é o da competitividade. Não podem haver medidas, pressões e decisões políticas que estatizem a agricultura. Falou-se que a pecuária depende pouco do governo, embora seja o setor que mais tem acesso ao crédito rural no Brasil, depois da soja. Obviamente, há meias verdades na história. Enquanto agricultura comercial efetivamente orientada pelo mercado, a melhor política é criar um bom ambiente de negócios. No entanto, o Brasil está mal colocado na classificação mundial como bom ambiente para se fazer negócios. No caso da agricultura, a falta desse ambiente é amplificado pelas características dos mercados agrícolas que têm uma grande defasagem de tempo entre a decisão de produzir e a comercialização. Nesse período, a agricultura fica sujeita a toda sorte de volatilidades, não apenas a física, da produção, mas também a das circunstâncias de os resultados da agricultura provocarem impacto na macroeconomia. A crise atual da agricultura não é devida basicamente à incompetência do produtor em plantar ou criar, mas à macroeconomia e à infra-estrutura. A razão desta crise agrícola está no fato de não terem sido tomadas providências na hora certa. Em virtude disso, os custos das medidas ficaram muito maiores. E, muitas vezes, o custo de prorrogar dívidas é maior do que se essas medidas tivessem sido tomadas na hora mais correta. A questão do processo decisório e do modelo burocrático de decisão está no genoma do setor público brasileiro. Falar é fácil. Mas, lembro que o ministro convidou pessoas do setor privado para trabalhar com ele, em Brasília, ganhando entre R\$ 5.000,00 e R\$ 7.000,00. Quem aceitou, ficou seis meses, um ano e foi embora. O desafio é construir iniciativas particulares de alianças estratégicas. É boa essa idéia de um fundo de US\$ 5 por tonelada de carne, para ajudar o Brasil a resolver o problema sanitário. Mas, é preciso uma liderança efetiva para projetos assim aconteçam.

Outro ponto é a política agrícola. No Brasil, é grande a interferência de variáveis macroeconômicas no desempenho dos setores. Como secretário de Política Agrícola, muitas

vezes ouvi que o Brasil não tem política agrícola. Não vou expor minha opinião como secretário e não vou defender a política agrícola. Mas, em 2005, a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), concluiu o mais extenso estudo sobre a política agrícola brasileira, que apresentei em São Paulo, em outubro passado. Segundo este documento, o Brasil tem uma política agrícola muito sofisticada, mas não tem orçamento para executá-la, embora tenham ocorrido mudanças. Em 1965, foi criado o Sistema Nacional do Crédito Rural, que dependia em 80% de orçamento do governo. Hoje, só 4% é dinheiro de governo; o restante é dinheiro do setor privado, dos bancos, isto é, dinheiro dos depositantes. É crédito dirigido, o governo obriga os bancos a aplicar 25% dos seus depósitos à vista em crédito rural, o Banco do Brasil, 55% da sua poupança em agricultura.

O projeto de longo prazo é o Banco Central desregulamentar, acabar com os créditos dirigidos. De todo modo, o governo tem feito um esforço para manter e até ampliar esse crédito dirigido. No governo Lula, o volume de crédito rural dobrou em relação a dezembro de 2002, é mais amplo e redirecionado para o investimento. Nesses últimos dois anos, entre 15% e 20% do volume de crédito foi para investimento: construir armazéns, trocar máquinas e infraestrutura na fazenda, irrigação, entre outros. Desviar crédito de curto prazo para investimento significa maior massificação do crédito. Passamos de novecentos mil contratos de crédito para agricultura familiar (Pronaf) para quase dois milhões de contratos, garantindo maior acesso dos pequenos produtores ao crédito rural.

Outra questão da política agrícola é a tarifária, praticamente resolvida pelas reformas nos anos 90. Hoje, o Brasil é um país aberto à competição internacional e a tarifa média sobre produtos agrícolas é 8 ou 9%. Em alguns momentos, foi doloroso para o trigo, o algodão, entre outros, representando perda da produção. Mas, o setor recuperou competitividade. Portanto, a agricultura é um setor econômico aberto e exposto à concorrência internacional.

O terceiro elemento é a política de garantia de preços, dada à extrema volatilidade dos preços agrícolas. Essa política começou em 1945, quando foi criada a Comissão de Financiamento da Produção. Em 1967, um decreto em vigor até hoje determinou as bases da política de preços mínimos segundo a qual o governo compra a produção quando as cotações caem abaixo do mínimo. Mas, nos últimos anos, essa política foi atropelada por outra regulamentação importante para o país: a Lei de Responsabilidade Fiscal. Assim, o governo não pode honrar o preço mínimo, porque para isso é preciso ter orçamento. O Ministério da Agricultura não pode anunciar a compra de uma saca de arroz se não tiver orçamento ou dinheiro. Vive-se um conflito. Em 2003, havia R\$ 300 milhões para política agrícola; este ano, são R\$ 2,650 bilhões. Para 2007, o governo autorizou R\$ 2,8 bilhões do orçamento. O compromisso dos ministros e do presidente da República é alocar esses recursos e, em julho ou agosto, dar um subsídio ao produtor, antes mesmo de plantar. Se tivesse feito isso em 2005 e mais cedo neste ano, os problemas no campo poderiam ser menores. Um produtor do norte de Mato Grosso pode plantar, sabendo que o governo vai pagar quatro ou cinco reais de compensação por problemas do óleo diesel ou de alto custo dos transportes. Mas, o orçamento não atende a 100% da agricultura brasileira. Além disso, o governo deve obedecer à Lei de Licitações, que é como o governo intervém no mercado por meio de licitações públicas ou leilões. Estamos mudando

o viés estatizante. No início, a política de preços mínimos se dava por meio de compras do governo, que chegou a estocar 20 milhões de toneladas de grãos. O governo Lula começou com um estoque de 150 mil toneladas de alimentos, agora zerado. O governo, por meio de lei aprovada no final de 2004, criou um mecanismo importante: o Prêmio de Risco de Opção Privada – o PROP - uma PPP da comercialização agrícola. Isto é: se o governo quer garantir no norte de Mato Grosso R\$ 22,00 para o produtor por saca de soja e o mercado está em R\$ 18,00, ao invés de o governo comprar a soja do produtor a R\$ 22,00, ele dá R\$ 4,00 para uma indústria e ela paga a soja a R\$ 22,00 ao produtor. No lugar de o governo gastar R\$ 22,00, ele desembolsa apenas R\$ 4,00 e obtém garantia de renda e uma compensação maior para o produtor. Há algumas semanas, o pessoal do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos me disse: “Vinte de nossos técnicos discutiram o PROP que vocês inventaram e concluiu-se que não afeta as negociações internacionais”. Esta é uma intervenção equilibrada do governo no mercado, na forma de mecanismos que não causam problemas internacionais em razão de nossa postura agressiva nas negociações.

Nas negociações internacionais, comandadas pelo Itamaraty, temos que contrabalançar interesses agressivos do agronegócio. Como no Brasil não há subsídio, ou é muito pequeno, o Brasil é ao mesmo tempo aberto e detentor do maior saldo da balança comercial agrícola do mundo. Para ampliar sua comercialização, o Brasil precisa ter mais acesso a mercados. No entanto, há 50 anos, alguns setores industriais querem ser classificados como indústria nascente, querem proteção. O setores de serviços também querem ser protegidos. O Ministério da Agricultura defende a abertura do mercado de cabotagem, atualmente “monopólio” dos navios de bandeira brasileira. Muitas vezes para transportar trigo do Sul para o Nordeste, o governo gasta muito dinheiro, porque dependemos dos navios de bandeira brasileira, que cobram mais do que os de bandeira estrangeira. Portanto, é mais barato transportar trigo da Argentina para Fortaleza do que do porto do Rio Grande ou do Paraná. Há conflitos e interesses multifacetados que impedem maior racionalização das políticas agrícolas brasileiras.

O quarto ponto é simplificar, tema deste debate. Simplificar, na verdade, é construir pontes, fortalecer o ataque e as defesas. Nesse sentido, as iniciativas aqui apresentadas são importantes para o agronegócio brasileiro. Segundo a OCDE, apenas 3% da renda do agricultor brasileiro tem origem no governo, contra 17% nos Estados Unidos, 34% na Europa e 58% no Japão. Precisamos desenhar sistemas mais simples, mas a partir do realismo de mercado e orçamentário.

O primeiro ponto importante é o seguro. O presidente da República acha necessário um seguro, mas não existe mercado de seguro agrícola no Brasil. O mercado total de seguro no Brasil é de R\$ 40 bilhões; o seguro rural R\$ 120 milhões e o seguro agrícola R\$ 23 milhões. Para ter uma idéia da insignificância, o seguro agrícola cobre menos de 1% do valor da produção agrícola no Brasil. O governo atua em três linhas. Uma é subvenção do prêmio, de forma que o governo subsidia alguma coisa da despesa do agricultor na contratação de um seguro. Em 2003, o Congresso Nacional aprovou e está regulamentado. O orçamento de 2006 para o seguro agrícola é de R\$ 42 milhões, mais do que todo o mercado de seguro agrícola em 2005. Queremos gastar e investir esse dinheiro.

O segundo ponto é abertura do mercado de resseguros. Tramita no Congresso Nacional um projeto que já passou por duas comissões e está na fila para votação que pode “quebrar” o monopólio do IRB (Instituto de Resseguros do Brasil), abrindo o interesse das resseguradoras internacionais. E, nas próximas semanas, o governo vai reforçar esse tripé da organização estrutural do seguro no Brasil, criando um fundo de catástrofe do seguro rural, de natureza privada, gerenciado pelo setor privado e com recurso orçamentário do governo alocado, como o nome diz, para emergências. Desta forma, será possível criar os alicerces do mercado de seguros no Brasil. Depois, é questão de mercado. Existe um grande problema de informação a que se liga a questão do crédito agrícola. De um lado, temos que massificar o crédito e, por outro, criar sistemas de gerenciamento do crédito. O governo não abre mão das exigências de análise do risco do crédito, que é determinação do Banco Central.

Precisamos criar e desenvolver a informação agrícola para melhorar a qualidade do crédito, visando o futuro de quando tivermos inflação baixíssima no Brasil e, portanto, sem necessidade de tanto crédito dirigido. Se essa concessão do crédito precisa estar amarrada ao modelo decisório e a uma certificação do produtor, também os produtores devem estar preparados para participar desse mundo. Uma das questões que, nas reformas microeconômicas, ainda não foi possível tocar, é o fato dos agricultores se transformarem em pessoas jurídicas. Existem agricultores pessoas físicas faturando R\$ 1.000,00 por ano, e agricultores faturando R\$ 100 milhões. Do ponto de vista do crédito, também foi aprovada lei com novas formas de financiamento para o agricultor. São títulos agrícolas que podem ser emitidos por qualquer empresa do agronegócio brasileiro. No Brasil, o patrimônio dos fundos de investimentos é de R\$ 800 bilhões. O pacote agrícola lançado pelo governo é de R\$ 60 bilhões. Até maio, esses novos títulos agrícolas já negociaram R\$ 650 milhões e, nos próximos 12 meses, no ano-safra 2006/2007, vão atingir R\$ 5 bilhões. É dinheiro do setor privado, sem tutela do governo, que vai financiar a produção e a comercialização do agronegócio brasileiro. Para negociar no mercado financeiro, esses novos instrumentos precisam ser registrados na Cetip (Câmara de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos), BM&F ou Bovespa. Então será um elemento muito importante para o acesso ao crédito e aos capitais para financiar a agricultura brasileira.

O quarto ponto é o escoamento da produção, o que significa investir em infra-estrutura. Iniciativas como PPP ou participação do setor privado são essenciais para resolver o lado físico da nossa produção e da logística. Do ponto de vista do gerenciamento e do trabalho, a PPP é prova da parceria entre o setor privado e o governo. É fácil ser liderança agrícola no Brasil: entrega uma proposta para o governo, volta para casa e não vê as dificuldades na implementação da proposta. Em 2005, por exemplo, recebemos uma proposta para o setor de trigo que custaria R\$ 1,3 bilhão e implicaria a reestatização do mercado de trigo. Os produtores de trigo podem até estar perdendo dinheiro, mas nós não podemos arcar com o juízo criando mecanismos muitas vezes socialmente ou economicamente defensáveis, mas que provoquem a reestatização da agricultura brasileira. A agenda é longa e o estudo propõe mecanismos importantes e inteligentes. Nós precisamos de obstinação, participação da burocracia, da máquina, desse modelo gerencial, para o Brasil conseguir, de fato, uma estratégia competitiva capaz de criar um bom ambiente para negócios. Esse é o nosso desafio e, com isso, cumprimento a Federação do Comércio por essa feliz iniciativa de ajudar o Brasil a ser maior e melhor.

PAULO RABELLO – Você tratou de assuntos realmente tão vastos de forma concisa. Carlos Thadeu de Freitas Gomes, chefe do Departamento Econômico da CNC (Confederação Nacional do Comércio) e ex-diretor do Banco Central, conhece política monetária e pode nos ajudar a compreender melhor esses aspectos, que passam pelo Banco Central e pelas negociações internacionais.

CARLOS THADEU – O setor real no Brasil tem perdido espaço. A gente nada e morre na praia. Falamos em conseguir recursos, mas a cada dia nossa dívida aumenta. A relação dívida líquida/PIB vai ser maior. Há uma ditadura dos agentes financeiros e se o Banco Central não fizer aquilo que eles acham que têm que ser feito poderá ocorrer uma grande crise. Exemplo típico: o governo permitiu investimentos externos em títulos públicos, isentou-os de imposto de renda, raro num país com uma carga tributária brutal como a nossa e um gasto oficial enorme. O que aconteceu? Ao isentar, veio a primeira crise. Todos queriam sair do papel e o governo teve que comprar o papel. Pior ainda, foram para o mercado de dólar e o Banco Central, ao invés de deixar o dólar subir, vendeu swap. Quando todos querem que o dólar suba, o Banco Central vende swap! Além disso, o Tesouro Nacional alongou (falsamente) a dívida, permitindo a entrada de dólares, quando o Banco Central queria estar no mercado comprando dólares. Faltou um maestro para coordenar Tesouro e Banco Central. Em razão disso, quando o dólar tem alta, vende swap e beneficia uma ponta financeira salva pela operação. Em 2005, o balanço do Banco Central apresentou grande prejuízo. Esse ano está sendo coberto por quem? Pelo Tesouro Nacional. Por que teve prejuízo? Porque o dólar caiu muito e os juros reais estão muito altos.

Por que pagamos um juro real tão alto assim? Em maio, junho e julho, a inflação vai ser baixíssima, talvez 0,2% nesses três meses, com deflação em junho. É o maior juro real anualizado do mundo. Para quê? A inflação poderia ser de 4% a 4,5%, sem pagar esse juro real nem vender títulos do Tesouro a essas taxas extraordinárias. Sem dinheiro, evidentemente o setor real da economia fica sem apoio. Esse quadro só vai mudar se o setor real da economia convencer o Executivo que regime de meta de inflação e taxa real de juro positiva são importantes, mas também tem que olhar para o setor real, para o produto. Por isso, o Banco Central americano tem o mandato duplo de manter a inflação baixa e de permitir que o país cresça. Se for só para manter a inflação bem baixa, atropela o setor real da economia porque a função do Banco Central é cumprir a meta de inflação a qualquer custo. Este ano vai ser abaixo de 4%, desnecessariamente, com juros reais extraordinários. Nós mostramos que precisamos da reforma da previdência, menor carga tributária, mas nada vai adiantar se praticarmos taxas reais de juros brutais e vendermos títulos públicos a preços astronômicos.

PAULO RABELLO – São comentários compatíveis com a questão do agronegócio, embora você não tenha mencionado agro nenhuma vez, mas discorreu sobre o que, de fato, interfere macroeconomicamente. Não há setor mais real e realista na economia do que o agronegócio. Aqui é uma casa do comércio que vive da indústria, também da comercialização agrícola e, portanto, torce pelo agronegócio. Tanto quanto o setor industrial, o setor real também é vítima do excesso de financismo. No Brasil não temos verdadeiramente capitalismo, mas ditadura do financismo. Aplauda essa engenhosa idéia do Prêmio de Risco para as Opções Agropecuárias,

tão bem desenvolvida pela gestão do Roberto Rodrigues e do Ivan Wedekin. Talvez devamos também simplificar o mercado financeiro. Precisamos discutir os juros e esse financismo pois do contrário todas as demais propostas perderão o nexo. Nunca vai sobrar dinheiro para defesa agropecuária, pesquisa da Embrapa, escoamento da produção, nada, porque vamos gastar mais de R\$ 160 bilhões em juros, como em 2005 e este ano, aumentando, ao invés de diminuir, a proporção de dívida no PIB.

NEY PRADO (integrante do Conselho de Estudos Jurídicos da Fecomercio) – Enquanto o governo gastar mais do que arrecada vai buscar arrecadação onde puder, transformando até o Judiciário em órgão arrecadador. Hoje, a Justiça do Trabalho também apura débitos previdenciários e aqueles ligados ao imposto de renda. A Constituição de 1988 engessou o país na medida em que, por força da necessidade de aumentar a sua arrecadação, transformou a lei num intervencionismo permanente do governo que trancou o país e cerceou a capacidade produtiva de cada um de nós.

PAULO RABELLO – Muito obrigado, Ney, muito bem lembrado.

JORGE LUIZ DOS SANTOS – Participo dessas reuniões na Fecomercio como representante do Conselho de Administradores do Estado de São Paulo. Nós, brasileiros, somos acionistas de uma empresa chamada Brasil S/A e devemos decidir que país nós queremos. Nós queremos produzir um documento para os presidentes para os próximos quatro anos. A China trabalha hoje com planejamento estratégico para o ano 2025. Eu não ouvi falar, por exemplo, de um sistema de satélites que permita ter informações para poder definir o nosso sistema de regiões agrícolas. Esse tema de regiões agrícolas vem sendo discutido há muitos anos e a indústria da agricultura não se organiza para fazer lobby nesse sentido. Nós temos que estruturar lobbies e pressionar as áreas que decidem, como a frente ruralista, que é muito forte. Precisamos aproveitar o satélite e o conhecimento da Embrapa e do CTA (Centro Técnico Aeroespacial), que faz rastreamento por satélite de queima de florestas. Não se falou em malha ferroviária num país continental como o nosso, tendo todos os problemas de estradas e transportes. Ela morreu, foi privatizada e agora tenta uma sobrevida. Acho que deveria ser discutido esse tema. Outro aspecto não tratado é o sistema Senar (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural). Quando se fala em empresários agrícolas, nos referimos a pequenos agricultores, aos quais falta informação empresarial. É importante criar a empresa rural, mas as pessoas não têm informação a respeito. Há um problema enorme nesse negócio de refinanciamento de pequenos agricultores que ficaram endividados e estão perdendo terras. Do sistema Senar, conheço uma organização criada no Rio Grande do Sul que treina para plantar, orienta o pequeno agricultor e também ajuda o Uruguai, o Paraguai e a Argentina. A educação é prioritária. A Federação da Agricultura deveria ter maior visibilidade do que simplesmente brigar em razão do subsídio europeu ou o Movimento dos Sem Terra. A falta da participação da Justiça na invasão de terras produtivas é um absurdo. Antes de mais nada, acho que devemos exercer o nosso poder de cidadania empresarial, quando estamos nesta Casa. A agricultura é uma área pouco desenvolvida nos meios de comunicação, menos do que deveria. O trabalhador do campo é um herói.

ROBERTO PARANHOS DO RIO BRANCO (diretor-suplente do Centro do Comércio do Estado de São Paulo) – Para o futuro, o Ministério da Agricultura e o setor deveriam se envolver mais com a questão logística, porque sem ela não temos possibilidade de avançar. Acho que devemos estimular o reflorestamento. O Brasil é grande produtor de celulose e exportador de produtos ligados ao setor. Faz parte do agronegócio e, na minha opinião, é prioridade. O país não soube criar uma política florestal, aproveitar seus espaços e vocações e, por isso, nunca teve participação no mercado internacional. Estamos marginalizados nesse processo.

PAULO RABELLO – A questão da logística sempre é imprópriamente abordada, porque é um mundo em si, e o setor privado muito tem feito neste aspecto. O governador do Mato Grosso, Blairo Maggi (PPS), criou na sua gestão, o Fundo Estadual de Transporte (Fetap), uma contribuição parafiscal, isto é, uma contribuição por adesão do agronegócio. Conseguiu fazer mais de 1.600 quilômetros de estradas por recapeamento ou estradas novas no Estado do Mato Grosso, com contribuições do próprio segmento. Sobre a questão do reflorestamento é outra dimensão do agronegócio, a do longo prazo. Mas não existe futuro em país de taxa de juros muito alta. Nada vale a pena. Apesar de tudo, temos nos destacado. Felizmente, existe agora uma lei de gestão de florestas públicas que talvez tenha influência benéfica na Amazônia. E há também a convivência necessária da expansão do agronegócio com a conservação ambiental, fator crítico nas próximas décadas. E como realizar essa reconciliação? Temos que ampliar a pesquisa, porque não é mais possível a expansão extensiva do agronegócio, e sim por meio do aproveitamento intensivo, ampliando-se a produtividade por hectare, aproveitando-se melhor os milhões de hectares já abertos, se computarmos a área de pecuária de corte.

FÁBIO MEIRELLES - Sobre o Senar, este ano deveremos alcançar 1,2 milhão de homens do campo aprimorando a sua mão-de-obra com certificados. Devemos chegar também a cerca de 15 mil homens e mulheres alfabetizados. O Tribunal de Justiça de São Paulo e o Senar de São Paulo firmaram protocolo de intenções no sentido de que criminosos da área rural cumprindo pena, presos nas cadeias públicas, possam ser alfabetizados. Isso reduz as penas e ainda possibilita o acesso ao aprendizado profissional. Há também o programa preventivo de saúde no campo que vai ser ampliado para ser curativo, como nos Estados Unidos e Canadá. O único recurso é o investido pelo Senar. O programa da ‘cana limpa’ começou no Estado de São Paulo e alcançou todo o Brasil, aumentando a produtividade da cultivar, o valor da mão-de-obra e defendendo a saúde do trabalhador.

Esse debate foi importantíssimo em todos os níveis. Claro, objetivo, honesto e franco. A Federação do Comércio do Estado de São Paulo, com Abram Szajman, a Fiesp, com Paulo Skaf, e a Federação da Agricultura, entendem que deve ser uma obrigação contribuir para as soluções dos problemas, levar a crítica construtiva aos governos. A questão apresentada pelo secretário de Política Agrícola do Ministério sobre a fórmula de como pagar um preço que não prejudique o produtor de soja não é a melhor porque nos negócios há sempre os mais espertos. A fórmula não é a adequada, mas os recursos sim. Só se pode criar um programa com orçamento adequado à realidade. Há uma só agricultura e um só sistema, com seus

compartimentos. Embora tratemos de agricultura energética, temos a agricultura familiar, a pequena, a micro, a grande, a empresarial. É necessária assistência permanente e política justa nas cadeias produtivas.

O agronegócio, objeto desse seminário na Federação do Comércio de São Paulo, merece aplausos gerais porque embute um vasto sistema empresarial - indústria, comércio, transporte. Ele agrega valor e revitaliza a economia, sempre gerando empregos e conquistando o mercado internacional. Quero acrescentar que aprendi e fui mais um aluno dessa reunião, que valoriza nossa consciência nacional.